



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA CAROLINA KOERICH

**A PROPOSIÇÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC**

FLORIANÓPOLIS – SC

2022

ANA CAROLINA KOERICH

**A PROPOSIÇÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia pela Universidade
Federal de Santa Catarina, sob a orientação da
Prof. Dra. Maria Helena Michels.

FLORIANÓPOLIS – SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Koerich, Ana Carolina

A proposição de atendimento ao público da Educação Especial na Educação Infantil no município de Antônio Carlos / Ana Carolina Koerich ; orientador, Maria Helena Michels, 2022.

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação Infantil. 3. Educação Especial. 4. Atendimento público. I. Michels, Maria Helena. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

ANA CAROLINA KOERICH

A proposição de atendimento ao público da educação especial na educação infantil no município de Antônio Carlos/SC

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciatura” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Pedagogia

Florianópolis, 15 de março de 2022.

Prof. Dr. Patrícia de Moraes de Lima
Coordenador do Curso

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) Maria Helena Michels
Orientadora
Instituição UFSC

Prof.(a) Dr.(a) Rosalba Maria Cardoso Garcia
Avaliadora
Instituição UFSC

Prof^a. Dr^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Avaliadora
Instituição UFSC

Prof.(a) Msc. Liliam Guimarães de Bascelos
Avaliadora
Instituição FCEE

Dedico este trabalho a todos os alunos (as) da Educação Especial, principalmente aqueles (as) que de alguma forma pude contribuir para seu processo de ensino aprendizagem.

Dedico a minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Michels por toda a sua paciência, dedicação e carinho, que foram essenciais para me acalmar nos momentos de angústias e dúvidas.

Dedico a minha amada Prof^ª. Dr^ª. Margareth Feiten Cisne, que muito me ensinou no estágio no NDI e ainda me ensina.

Dedico a todas as amigas que fiz durante estes anos de estudo, em especial, minha amiga confidente, Larissa da Silva Machado e meus “pais” do coração Mônica e Rubens.

Por fim, dedico este trabalho à minha família que sempre me apoiou e comemorou junto a mim cada nova conquista, são eles que guiam a minha história. Em especial: minha mãe Euclésia, meu pai Carlito, minhas irmãs Camila e Dayane, meu irmão Victor e meu namorado Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa uma nova conquista em minha vida, foi um caminho longo e cheio de desafios, muitos altos e baixos. Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por colocar pessoas tão especiais para caminhar comigo e que foram essenciais para que eu pudesse alcançar meus objetivos nesta trajetória.

Agradeço aos meus pais, Carlito e Euclésia, por nunca deixar faltar em nosso lar, amor. Meus pais são exemplos de pessoas que trabalham muito pra conquistar aquilo que desejam, principalmente, a felicidade de seus filhos. Sou grata por ter vocês que sempre vibram comigo a cada nova conquista e por sempre estarem ao meu lado. Obrigada pai e mãe por me oportunizar ser quem eu sou.

Além disso, agradeço as minhas irmãs Camila e Dayane e meu irmão Victor por sempre estarem ao meu lado, caminhando junto a mim. Compartilho com vocês todos meus sonhos, obrigada por sempre estarem comigo.

Agradeço aos demais membros da minha família, sem eles eu não seria quem sou, a eterna e falante Loli. Pra mim, falar de amor é falar da minha família. Eu os amo pra sempre. Obrigada!

Durante a graduação tive a oportunidade de conhecer meu melhor amigo, que escreve comigo grande parte da minha história. Tenho ao meu lado alguém que acredita e me incentiva a alcançar meus objetivos e sonhos. Ao meu amor, Gustavo.

Agradeço a minha orientadora Prof^ª. Dr^ª Maria Helena Michels, por ter me acolhido como orientanda e acreditado em mim. Toda sua experiência e sabedoria foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Em cada conversa, explicação, em cada mensagem me senti encorajada em seguir em frente para alcançar os objetivos desta pesquisa. Obrigada por ler e reler o trabalho apontando sabiamente a melhor forma de encaixar as palavras esclarecendo muitas dúvidas e por ajudar a tornar possível esta pesquisa.

Também gostaria de agradecer a Prof^ª. Dr^ª Maria Sylvia Cardoso Carneiro e Prof^ª. Dr^ª Rosalba Maria Cardoso Garcia que foram minhas professoras durante a graduação e que aguçaram meu interesse pela educação infantil e educação especial a partir das disciplinas que lecionaram. Junto a elas, Prof^ª. Mestr^a Liliam Guimarães de Barcelos, agradeço por aceitarem o convite de fazer parte da banca examinadora e trazer suas contribuições à nossa pesquisa.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória na graduação, a eles o meu eterno obrigada, sem vocês não seria possível chegar até aqui. Aos servidores da UFSC, agradeço por deixarem de alguma forma nossas tarde de estudos, mais animadas.

Nesta trajetória, muitos acontecimentos foram marcantes, não só para a minha formação, mas para minha vida e durante este tempo conheci muitas pessoas e fiz muitos amigos, principalmente no NDI, um lugar acolhedor que eu amo de coração. Lá tive a oportunidade de estagiar com profissionais excelentes, agradeço a todos, em especial à Prof^ª. Dr^ª. Margareth Feiten Cisne, que no ano de 2018 tive o prazer de ser sua estagiária, Marga assim como a chamo, é uma mulher encantadora, de riso fácil, amada por todos. Recebi dela muitos ensinamentos não só sobre a Pedagogia, mas sobre a vida, para mim, ela é uma verdadeira inspiração de mulher e pedagoga, um exemplo a ser seguido. Te amo de paixão Marga, muito obrigada.

Ainda sobre o NDI, conheci duas pessoas que se tornaram meus “pais” do coração, Mônica e Rubens, desde o primeiro dia eles me acolheram com muito carinho e amor, me sinto amada e grata por tudo que já fizeram por mim e para mim, são verdadeiros pais que levo em meu coração. Obrigada.

Aos meus (inhas) colegas de turma e futuras parceiras (os) de profissão, agradeço por todos os momentos que compartilhamos, desde as aulas em sala de aula, as saídas de campo, as frustrações e conquistas pessoais que juntas comemoramos, até os momentos fora da universidade como as festas e passeios.

Dessas amigades há duas que além de colegas foram se constituindo amigas que levarei para a minha vida, Jéssica e Larissa, minhas amigas confidentes. Larissa em especial, para mim é como uma irmã, a quem posso contar sempre, ela e toda sua família me acolheram com muito amor, juntas vivemos muitos momentos e compartilhamos muitos sonhos, obrigada minha “amigla”.

Gostaria de agradecer às amigades que fiz durante a atuação como professora, principalmente a minhas amigas Fernanda e Isabela. As minhas amigas do ensino médio, também expressei minha gratidão, foi muito bom conviver e trocar experiências com vocês. Obrigada.

Por fim, quero agradecer imensamente a todas os (as) estudantes que já tive a oportunidade de atuar, principalmente os (as) estudantes público da educação especial, seja sendo estagiária ou professora, são eles, o motivo da minha dedicação e minha eterna gratidão, sinto que encontrei meu lugar de paz e sossego, e eles são parte essencial deste lugar.

Quero prestar minha homenagem em forma de agradecimento a duas pessoas (*in memoriam*) que partiram durante esse período marcando muito a minha história. A Minha amada bisavó Catarina Pauli, que sempre me apoiou a seguir nesta profissão tão nobre. Deixou-nos seu exemplo de simplicidade e amor. A Manuela, uma menina doce que encantava a todos com sua genialidade. A elas, minha eterna saudade.

Finalizo meus agradecimentos expressando toda a minha gratidão por ter pessoas tão especiais em minha vida, o caminho até aqui não foi fácil, mas ele se tornou especial porque pude contar com a companhia de todos vocês. Meu sincero, obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a proposição de atendimento do público da Educação Especial, na Educação Infantil, no município de Antônio Carlos/SC. Para a análise deste atendimento, nos utilizamos de documentos oficiais da rede de ensino e também, informações obtidas assistematicamente e que foram analisados nessa investigação. Com o objetivo de melhor compreender como historicamente vem ocorrendo o atendimento às crianças público da Educação Especial realizamos uma breve retrospectiva a partir do século XX, tanto da Educação Especial como da Educação Infantil no Brasil. Para essa investigação, inicialmente fizemos um levantamento das produções bibliográficas, artigos acadêmicos, no banco de dados do Scientific Eletronic Libray Online (SciELO), para sistematizar e conhecer o que vem sendo pesquisado na área sobre esta temática. Selecionamos os artigos que ao tratarem da Educação Infantil também tratavam da Educação Especial e vice-versa. Em relação ao atendimento aos estudantes da Educação Especial, na Educação Infantil, em Antônio Carlos, buscamos caracterizar o município no que concerne a localização, a cultura e a educação. Com os dados obtidos pela documentação buscamos analisar como o município se organiza para o atendimento desses estudantes em sua rede de ensino. A pesquisa evidencia que o processo de ensino aprendizagem não é muito enfatizado nas documentações públicas. Ao mesmo tempo, a inclusão é vista como o simples ato de acessar aos espaços, recursos e materiais. É necessário pensarmos o ensino dos sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil, para que o processo ensino e aprendizagem ocorra, ofertando professores qualificados para a realização da mediação e para o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras Chave – educação infantil, educação especial, atendimento público.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

AIPD- Ano Internacional das Pessoas Deficientes

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CEASA- Centrais de Abastecimento de Santa Catarina

CED- Centro de Ciências da Educação

CME/AC- Conselho Municipal de Educação de Antônio Carlos

CONAE- Conferência Nacional de Educação

DC- Departamento da Cultura

DCNEB- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

DNCr- Departamento Nacional da Criança

ERIC- Education Resources Information Center

FCEE- Fundação Catarinense de Educação Especial

FEDEC- Federação Brasileira de Entidade de Cegos

FEMSA- Fomento Economico Mexicano

FENEIS- Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IERJ- Instituto Estadual do Rio de Janeiro

IPAIRJ- Instituto de Proteção à infância do Rio de Janeiro

LBA- Legislação Brasileira de Assistência

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MEC- Ministério da Educação

MORHAN- Movimento de Reintegração de Hansenianos

NDI- Núcleo de Desenvolvimento Infantil

ONEDEF- Organização Nacional de Deficientes Físicos

ONU- Organização das Nações Unidas

PNE- Plano Nacional de Educação

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

RME/SM- da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria

SciELO - Scientific Electronic Library Online – Biblioteca Científica Eletrônica em Linha

SED- Secretaria Estadual de Educação

SME/AC- Secretaria Municipal de Educação de Antônio Carlos

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TDAH- Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

TEA- Transtorno do Espectro Autista

TGD- Transtorno Global do Desenvolvimento

TOD- Transtorno Opositivo Desafiador

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

WoS- Web of Science

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município dentro do estado 20

Figura 2- Imagem aérea do centro da cidade 21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produções relacionadas à Educação Infantil e Educação Especial	37
Quadro 2 – Produções que embasam a pesquisa	39
Quadro 3: Trabalhos encontrados no site Scielo sobre Educação Infantil e Educação Especial.....	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	18
1.1.1 Objetivo Geral	18
1.1.2 Objetivos Específicos	18
1.2 METODOLOGIA.....	18
1.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	23
2 EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL;	24
2.3 Educação Infantil.....	24
2.2 Educação Especial	28
2.3 Educação Especial na Educação Infantil	34
3 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRODUÇÕES QUE RELACIONAM A EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	37
4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANTÔNIO CARLOS	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE.....	58

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como o atendimento de crianças público da Educação Especial está organizado na Educação Infantil, no município de Antônio Carlos/SC. Segundo a Lei 13.146 (BRASIL, 2015) os sujeitos da educação especial são aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Inicialmente meu desejo era pesquisar sobre os desafios e possibilidades do trabalho pedagógico com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, o qual emergiu da experiência de estágio não obrigatório ocorrido no período de agosto de 2017 a maio de 2019, no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante este período atuei junto à professora e outro estagiário, onde vivenciei muitos momentos de intervenção com aluno apresentando o TEA. O estágio no NDI me apresentou possibilidades e oportunidades de trabalhar com excelentes profissionais e vivenciar experiências pedagógicas individuais e coletivas com as crianças que me permitiram compreender muitas questões e mediações relativas ao trabalho pedagógico com crianças com TEA especialmente, com a professora que trabalhei em 2018¹, a qual me ensinou muito.

Posteriormente, a partir de maio de 2019, atuei durante cinco meses, como segunda professora de um aluno com TEA no ensino regular, na Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães, uma escola da rede estadual localizada no município de Antônio Carlos.² Durante a experiência de trabalho como segunda professora, observei muitas falas equivocadas de profissionais da área da Pedagogia, em relação aos sujeitos com TEA o que me gerou certo desconforto. Acredito que estes profissionais não tiveram uma formação adequada ou durante sua formação o tema não era considerado relevante. Em muitos momentos, observei que minha experiência e vivência anterior, bem como o acesso e busca por entender estas crianças e suas dificuldades pareciam deixar-me com mais condições de atuar com elas do que as demais pedagogas que já haviam completado seu ciclo de formação na graduação.

Meu trabalho com esses alunos e as mediações desenvolvidas eram realizadas individualmente, porém no espaço coletivo da sala de aula, junto as demais crianças e o professor(a) correspondente a disciplina do dia e do horário. Este trabalho teve início quando

¹ Neste ano atuei no G4, com 15 crianças na faixa etária de 4 a 5 anos e dentro deste grupo um menino era diagnosticado com TEA e outro mais tarde, mais especificamente no ano seguinte, foi diagnosticado com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

² Trabalhei no sétimo ano do ensino fundamental em uma turma com 35 alunos e destes alunos 1 era diagnosticado com autismo, 1 com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e 2 estavam em processo de busca de diagnóstico.

frequentava a sexta fase do curso de Pedagogia, momento em que tive contato com a primeira disciplina do curso voltada à Educação Especial. Logo percebi que esta formação inicial não era suficiente, era preciso buscar mais informações sobre o tema.

No ano de 2021, atuando como professora da Educação Infantil no município de Antônio Carlos, muitas dúvidas e questões surgiram em relação aos direitos e ao atendimento que as crianças público da educação especial têm, ou que deveriam ter, conforme as legislações vigentes no país. Ao iniciar o ano letivo, me deparei com a ausência do segundo professor(a), (com formação ou especialização na área) nas salas de aula. Esta ausência de algum profissional especializado para realizar a mediação com os alunos me causou muita frustração, pois, as crianças mesmo sendo consideradas “calmas” por muitos funcionários da instituição, precisavam de algum profissional para mediar suas atividades, interações, relações e vivências pedagógicas no cotidiano da sala de aula. Não estava disponível para as crianças da Educação Especial, o segundo professor e sim auxiliares que tem como requisito a formação no Ensino Médio ou estagiários que devem estar cursando a graduação em Pedagogia. Não é de interesse desta pesquisa tratar sobre a formação dos profissionais, como já citamos acima, mas, pela experiência que obtive no ano de 2021, considero fundamental que essas crianças tenham a disposição um profissional qualificado para atuar junto a elas no ensino oportunizando seu pleno desenvolvimento na sociedade.

Com o período pandêmico iniciado em março de 2020, que ainda vivemos e por não saber se poderia realizar entrevistas nas escolas com as professoras, impôs-se a necessidade de rever minha primeira proposta de pesquisa. Sendo assim, a partir da experiência e das vivências diárias de minha atuação como professora não habilitada na Educação Infantil no município de Antônio Carlos, emergiu o desejo de pesquisar sobre o atendimento educacional das crianças da Educação Especial na Educação Infantil deste município.

Essas experiências aqui relatadas brevemente acentuaram meu interesse e me desafiaram, a saber, mais sobre a área de Educação Especial, principalmente, no que se refere à organização e atendimento das crianças público da Educação Especial no município em tela.

Diante do exposto, a proposta de pesquisa para esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a proposição de atendimento das crianças público da Educação Especial na Educação Infantil no município de Antônio Carlos/SC.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever a proposição de atendimento das crianças público da Educação Especial do município.
- Identificar o papel pedagógico do professor auxiliar descrito nos documentos municipais;
- Analisar a proposta do atendimento pedagógico às crianças da Educação Especial no município em tela;
- Mapear como a área da educação trata a Educação Especial na Educação Infantil.

1.2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa em educação de abordagem qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, com um levantamento de produção acadêmica e a análise documental.

Sobre a pesquisa qualitativa entende-se que ela "não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc." (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p 31).

A pesquisa qualitativa,

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979, apud NEVES, 1996, p.1)

O primeiro procedimento de pesquisa adotado nessa investigação foi à pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p.45), “[...] A pesquisa bibliográfica tem finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa”. Para essa investigação a pesquisa bibliográfica foi feita a partir de uma temática

específica, a articulação entre Educação Infantil e Educação Especial. Em consultas online, no banco de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO),³ utilizamos como primeiro verbete "Educação Infantil". Com esse procedimento encontramos 532 trabalhos. Na sequência, acrescentamos o verbete "Educação Especial" e, nessa articulação, obtivemos 102 trabalhos.⁴

Após a seleção dessas produções, fazendo a leitura de seus títulos, selecionamos os trabalhos, aqueles que traziam explicitamente a articulação entre as duas áreas, objeto de minha pesquisa. Essa triagem totalizou em 18 produções que serão analisadas no percurso dessa investigação.

Nosso segundo procedimento de pesquisa foi à análise de documentos. De acordo com Severino (2017), dentre os seus diferentes sentidos, esse procedimento pode ser caracterizado como uma "técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho" (p. 91).

Para analisar os documentos, é preciso realizar uma leitura acompanhada de outros textos, pois para Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.431),

Quando focamos analiticamente uma política ou um texto não devemos esquecer de outras políticas e textos que estão em circulação coetaneamente e que a implementação de uma pode inibir ou contrariar a de outra, pois a política educacional interage com as políticas de outros campos.

De acordo com as autoras, muitos textos apareceram contraditórios a outros, resultando em diferentes interpretações, por isso, “devem ser lidos em relação ao tempo e particular contexto em que foram produzidos e também devem ser confrontados a outros do mesmo período e local.” (BOW; BALL,1992, apud SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.431)

Os textos são,

[...] ao mesmo tempo, produto e produtores de orientações políticas no campo da educação, sua difusão e promulgação geram também situações de mudanças ou inovações, experienciadas no contexto das práticas educativas. Relembrando que os textos de políticas não são simplesmente recebidos e implementados, mas, ao contrário, dentro da arena da prática estão sujeitos à interpretação e recriação. Podemos abordar, por exemplo, a legislação como dimensão de um processo contínuo, cujo *locus* de poder está constantemente mudando. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.433)

³ Pesquisa realizada no dia 08 de novembro de 2021 no site <https://www.scielo.org/>

⁴ Estas produções encontram-se no Apêndice I .

Com essa compreensão, buscamos analisar documentos oficiais da prefeitura de Antônio Carlos, referentes à Educação Infantil e Educação Especial do município.

Também tivemos como estratégia de pesquisa a retomada histórica da educação infantil e da Educação Especial, cujo objetivo foi compreendê-las nos diferentes momentos históricos.

Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise documental e o resgate histórico nos auxiliaram na identificação e discussão das políticas públicas que envolvem o atendimento das crianças público da Educação Especial na Educação Infantil do município.

1.3 CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

O município de Antônio Carlos está localizado no Estado de Santa Catarina, fica a 32 km da capital catarinense (Florianópolis), conforme indicado na figura abaixo:

Figura 1- Localização do município dentro do Estado



Fonte: Google Earth (2021).

Destacamos também que esse município tem como área territorial, cerca de 228.650 km² e que tem, em seu entorno, os municípios de Angelina, Biguaçu, Major Gercino, São João Batista, São José e São Pedro de Alcântara.

Figura 2- Imagem aérea do centro do município



Fonte: Google Earth (2021).

No livro "Alto Biguaçu, uma narrativa cultural tetrarracial" escrito por Raulino Reitz (1988), o autor descreve sobre a história da cidade, no que se refere a sua localização, colonização e educação.

Segundo Reitz (1988), o povoamento de Louro, primeiro nome dado à cidade de Antônio Carlos, surgiu de um desdobramento da Colônia São Pedro de Alcântara. Os colonos alemães e seus descendentes foram gradativamente se estabelecendo às margens do Rio Biguaçu e seus afluentes e constituem hoje cerca de 80% da população do município.

São colonizadores do município os Portugueses (Açorianos), alemães e italianos. Recebeu também imigrantes belgas, luxemburgueses, italianos, ingleses. A predominância é de descendentes de origem alemã, provenientes das colônias vizinhas de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel, Piedade e Leopoldina. O idioma alemão *Hunsrückisch* também faz parte do histórico do município desde seus tempos pioneiros, gozando oficialmente do *status* de língua co-oficial (REITZ, 1988).

O mesmo autor (REITZ, 1988) indica que em 1902 foi criada a Escola Paroquial da Capela do Louro, tendo os vigários como professores.

As escolas paroquiais eram bilíngues. Johannes Weber (João) foi o primeiro professor na escola paroquial do Louro e depois, seu filho Pedro Weber (Peta).

Os professores (os *Lehrer* dos alemães)⁵ dessas escolas eram pagos pela Associação de Santo Antonio. Trabalhavam de manhã na roça e a tarde dirigiam a escola. Evidentemente também os alunos trabalhavam na roça antes de meio-dia. Os *Lehrer* eram muito respeitados. Ledores⁶ de livros e jornais mantinham informada a comunidade sobre os acontecimentos no Brasil e no Mundo. Alguns também dirigiam o culto aos domingos e presidiam os atos fúnebres. Eram verdadeiros mestres e educadores. (REITZ,1988, p.85)

Segundo Reitz, “a partir do Decreto Estadual nº 24, de 09 de dezembro de 1930, o distrito de Louro passou a denominar-se Antônio Carlos por meio da Lei nº 928 de 06 de novembro de 1963, o município de Antônio Carlos foi criado ao ser desmembrado de Biguaçu” (1988, p.174).

Segundo o site da Prefeitura Municipal, o nome da cidade,

foi uma homenagem ao estadista brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, político mineiro com grande atuação na Revolução de 30. O município foi instalado no dia 21 de dezembro do mesmo ano em que foi criado. Sebastião João Pauli foi o prefeito que venceu as primeiras eleições municipais. (ANTÔNIO CARLOS, 2014)

Atualmente, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Município de Antônio Carlos é de 8.712 pessoas (IBGE,2021).

A economia do município baseia-se na agricultura, sendo o maior produtor de hortaliças de Santa Catarina com produção média anual de 150 mil toneladas. Pelo menos 80% das famílias de Antônio Carlos vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros, abastecendo 60% das Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA). Outra fonte econômica do município é aquele proveniente dos produtos artesanais como a farinha de mandioca, e a aguardente, reconhecida pela qualidade (ANTÔNIO CARLOS, 2014).

Também ganha destaque na economia local o turismo, principalmente com os parques aquáticos, as Festas da Hortaliça e do Colono e a fabricação de refrigerante, com a instalação da fábrica da Coca-Cola (Fomento Econômico Mexicano, S.A.B. de C.V.-FEMSA). (ANTÔNIO CARLOS, 2014).

No município, na região conhecida por Faxinal, está localizada a maior reserva particular de Mata Atlântica do Estado, ainda não aberta ao público. Devido a sua altitude,

⁵ *Lehrer* palavra alemã que significa professor.

⁶ Os ledores eram as pessoas que liam para aqueles que não sabiam ler e mantinham a comunidade informada dos acontecimentos.

que chega a 886 m, é a região mais próxima do litoral com incidências de araucárias e a única em que esta espécie, característica da serra, aparece junto com coqueiros e palmeiras.

O atual prefeito, reeleito nas eleições de 2020 é Geraldo Pauli, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB).⁷ Nessa sua gestão, a prefeitura é dividida em oito secretarias, sendo estas, de Transportes e Obras, Esportes e Turismo, Saúde e Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente, Educação e Cultura, Planejamento, Administração e Finanças e Gabinete do Prefeito.

Em e-mail enviado à Secretaria de Educação e Cultura para levantamento de dados da pesquisa, fomos informadas de que o município possui sete (7) instituições de ensino municipal, uma instituição de ensino estadual e uma instituição privada filantrópica, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Atualmente em 2021, estavam matriculados cerca de 1.230 estudantes no ensino municipal, (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e o número de professores chega a 100.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Buscando compreender a proposição de atendimento ao público da Educação Especial na Educação Infantil no município de Antônio Carlos elaboramos essa pesquisa aqui apresentada em três (3) itens, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro intitulado Educação Infantil e Educação Especial, apresentamos uma retomada histórica, a partir do século XX e uma breve contextualização das políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva das crianças na Educação Infantil.

O segundo item apresentamos a pesquisa bibliográfica do balanço de produções acerca dos temas da pesquisa, cujos verbetes utilizados foram Educação Infantil e Educação Especial, os artigos foram lidos e selecionados até restarem apenas sete que embasavam a nossa pesquisa.

No terceiro item descrevemos com base em documentos oficiais como está organizada a Educação Infantil e Especial do município de Antônio Carlos, bem como o atendimento educacional especializado.

⁷ Este partido já esteve à frente da prefeitura municipal de Antonio Carlos por quatro (4) vezes.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para iniciarmos a exposição, é importante tratarmos, ainda que brevemente, da história referente à Educação Infantil e Educação Especial brasileira. Compreendemos que tal procedimento nos permite compreender o papel dessa etapa inicial da Educação Básica, que é a Educação Infantil, na especificidade de uma das modalidades educacionais, que é a Educação Especial. Além disso, essa retomada histórica nos permitirá apreender os atendimentos destinados ao público da Educação Especial ao longo da história.

2.1 Educação Infantil

No início do século XIX, fundada pelo médico Arthur Moncorvo Filho em 1899, foi inaugurada uma das mais importantes instituições de assistência à infância, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAIRJ), que até o ano de 1929 já contava com 22 filiais em todo o país (KUHLMANN JR., 1998). O instituto tinha como principais objetivos prestar serviços voltados para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, além de prestar serviços de creche.

Como afirma Kramer (1998, p.23),

eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores.

O atendimento das crianças pequenas no Brasil, por muito tempo, se caracterizava como assistencialista, principalmente para as crianças da classe trabalhadora. Para Goulart (2013, p. 22), o atendimento as crianças nesse período "[...] faz clara distinção entre pobres e ricos, restando às classes menos favorecidas uma proposta educativa calcada em base assistencialista, e que até bem recentemente tinha como preocupação maior o cuidado com a saúde das crianças".

Com a inserção das mulheres nas fábricas, muitas mães operárias tiveram que buscar onde deixar seus filhos que, em alguns casos ficavam com outras mulheres ou familiares. De acordo com Ferreira (1998, p. 114) “esses fatores contribuem para a busca de novas formas e lugares para o desenvolvimento do convívio social das crianças”. Dentre as reivindicações das mulheres operárias, nos anos entre 1920 e início dos anos 1930, estão as melhores condições no trabalho, espaços para acolhimento e atendimento das crianças durante o horário de trabalho das mães. Foram estas mulheres, que faziam parte da classe trabalhadora da

sociedade que juntas conquistaram as primeiras creches no Brasil, superando aos poucos o assistencialismo.

A crescente preocupação do Estado que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social e o olhar da sociedade sobre a infância abandonada e o menor marginalizado, resultou em medidas relacionadas à primeira infância. Foi criado em 1940 o Departamento Nacional da Criança (DNCr). Neste período, deve-se observar que as creches e escolas maternas estavam vinculadas aos departamentos de assistência social, sem relação com as esferas educacionais do governo nacional (KUHLMANN JR., 2000).

Na década de 1940, em Porto Alegre, criam-se os jardins-de-infância, inspirados em Froebel e localizados em praças públicas, para atendimento de crianças de 4 a 6 anos, em meio turno. O primeiro jardim oficial estava localizado em Teresina, capital do Piauí, foi criado em 1933, e buscava proporcionar o desenvolvimento artístico das crianças de 4 a 6 anos. Algumas professoras foram escolhidas no ano de 1932 a participar de um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Infantil, no Rio de Janeiro para que ocorresse a implantação dos jardins-de- infância. (KUHLMANN JR. 1998).

Em 1949, no Instituto Estadual do Rio de Janeiro (IERJ) inicia o Curso de Especialização em Educação Pré-Primária, reconhecido inicialmente como pós-normal e posteriormente como curso superior, que ao longo de 18 anos forma 549 educadoras de escolas maternas e jardins de infância.

O programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, ao prever o desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar passou a aproximar as instituições. Segundo Kuhlmann Jr (2000), aos poucos, a nomenclatura deixa de considerar a escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim-de-infância, passando a defini-la como a instituição que atenderia a faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim seria para as de 5 a 6 anos.

Uma nova instituição começa a se estruturar no município de São Paulo, vinculada ao recém-criado Departamento de Cultura (DC) com a nomeação de Mário de Andrade para a sua direção, em 1935. O parque infantil, assim nomeado, inicia sua expansão e na década de 1940, expande-se para outras localidades do país e em 1942, o DNCr projeta a Casa da Criança, uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só. Segundo Kuhlmann Jr. (2000, p.9), em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) lançou o Projeto “Casulo” no ano de 1977, que tinha como objetivo desenvolver atividades com as crianças, mas também chamar mais a presença das famílias, porém a “problemática comunitária”, devido à baixa renda per capita, vinha provocando “desequilíbrio nas famílias e a desintegração do lar”. Após se dar conta da despercebida pobreza nacional, a solução proposta para a população pobre, foi a criação de novas vagas para as crianças de 0 a 6 anos, “a baixo custo” nas creches Casulos. (KUHLMANN, 2000).

Com o crescimento da industrialização e urbanização no país, teve um aumento da demanda de mulheres no mercado de trabalho, resultando em uma grande procura por creches e reivindicações por melhores condições de atendimento às crianças pequenas, como assevera Kuhlmann (2000, p.12)

A defesa do caráter educacional das creches foi uma das principais bandeiras do movimento de luta por creches e dos profissionais dessas instituições, que promoviam encontros para discutir suas condições de trabalho[...]. O vínculo das creches aos órgãos de serviço social fazia reviver a polêmica entre educação e assistência, que percorre a história das instituições de educação infantil.

A sociedade brasileira passou a perceber a negligente relação do Estado com a educação da primeira infância e incorporando a indissociabilidade do cuidar e educar, a sociedade passou a exigir melhores condições de atendimento as suas crianças, além das conquistas políticas da área que buscam garantir o acesso e os direitos das crianças nas instituições. Neste momento, a Constituição Federal de 1988 inseriu em seu Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Segundo Cerisara (1999, p.14), "Esta lei coloca a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela". Ainda de acordo com a autora as crianças ganharam um lugar na sociedade, pois passaram a ser vistas como cidadãos de direitos e estes sendo legítimos. Isso posto, podemos afirmar que a lei maior do país abriu caminho para posteriores resoluções quanto ao atendimento infantil.

Com os avanços promovidos pela Constituição Federal de 1988, que garantiu, pela primeira vez, o acesso à educação infantil oferecida em creches e pré-escolas, como direito da

criança pequena, foi promulgada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº9394/96. Esta, ao tratar da Educação Infantil, afirma em seu Art. 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Com a referida Lei, algo que por muito tempo foi almejado pela sociedade, por fim se concretizou e foi confirmado o caráter educacional do atendimento à criança de 0 a 6 anos, ao ser a Educação Infantil considerada como uma das dimensões da Educação Básica.

A LDBEN nº9394/96 reforçou que a Educação Infantil é uma etapa essencial da educação no país, e para reafirmar tal condição divulgou, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Esse se constitui em um documento produzido pelo Ministério da Educação (MEC) que tem por objetivo orientar a nova educação infantil.

Em 1998 o Poder executivo enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e, somente em 2001, este foi aprovado como Lei nº 10.172. O PNE objetivava a melhoria da educação, a partir da construção de políticas e programas, embora não tenha vindo acompanhado de instrumentos que permitissem pôr em prática o que foi estabelecido em suas metas. (BRASIL, 2014). Com vigência desse PNE até 2010, foi realizado um novo planejamento para o próximo decênio e a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 inseriu entre suas pautas, a elaboração do novo Plano. Devido à demora no processo de tramitação, a aprovação do PNE pela Lei nº 13.005 só aconteceu em 2014. (OLIVEIRA, 2010).

Também destacamos como importantes a aprovação da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (DCNEB) para a Educação Básica. Essa resolução garante o

[...] direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. (BRASIL,2010)

Em 2018, o MEC divulgou outro documento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abrange todas as etapas da Educação Básica e que tem como objetivo servir de

referência principal para a construção dos currículos dos sistemas de ensino em todo o território nacional (BRASIL, 2018). A BNCC, como um documento norteador das atividades educacionais em todos os âmbitos define que:

[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018).

Ao tratar da Educação Infantil, a BNCC (p.36) reforça a indissociabilidade entre cuidar e educar nesta etapa da escolarização, isto porque este é o primeiro momento em que a criança se vê longe de sua família e pessoas de seu cotidiano. Este é o momento em que a criança, sujeito de direitos, está inserida em uma sociedade diversa, onde aprende, conhece, desafia, questiona e experimenta infinitas possibilidades que irão corroborar no seu desenvolvimento.

2.2 Educação Especial

A inserção das crianças, público da Educação Especial (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) na sociedade, ao longo dos anos, “nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa”. (BRUNO, 2006, p.9).

A luta pela inclusão escolar dos sujeitos da educação especial, de acordo com os critérios da Educação Especial prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– Lei nº 9394/96, pode ser visto como resposta a um cenário de exclusão que impedia a interação e o desenvolvimento dessas pessoas. Historicamente, o percurso percorrido pela Educação Especial é marcado por três perspectivas principais: segregação, integração e inclusão.

Na perspectiva de segregação que ocorreu até mais ou menos 1960, sujeitos da Educação Especial eram impedidos de frequentar as instituições de ensino regular sendo privados da socialização com seus pares devido aos preconceitos da sociedade da época e que ainda existem na atualidade. O atendimento destinado a elas era restrito as instituições especializadas em que o objetivo principal era de cunho assistencialista e não educacional, pois prevalecia a ideia de que o público alvo da Educação Especial era incapaz de aprender e se desenvolver no processo educacional.

O processo de integração que ocorreu na década de 1970 teve maior impulso a partir do ano de 1980. Ele apontava que os sujeitos da Educação Especial poderiam estar nas escolas se eles tivessem essa condição. Nesse momento, porém, as escolas especiais, majoritariamente privadas, ofertavam serviços segregados. Os sujeitos da Educação Especial, encaminhados às escolas regulares, sempre que precisavam de apoio, eram encaminhados para as classes especiais, assim, substituindo as classes comuns na mesma escola. Sabemos que substituir o ensino regular destes alunos é o mesmo que não oportunizar a eles o ensino, o aprimoramento e o desenvolvimento de suas capacidades. Dessa forma, a Educação Especial acontecia de forma paralela ao denominado ensino comum. O processo de integração trazia consigo o princípio de normalização, que consistia na ideia de disponibilização de recursos os mais comuns possíveis aos sujeitos da Educação Especial, que deveriam buscar adequar-se à pretensa normalidade.

Os espaços educativos visavam assegurar aos deficientes o acesso às oportunidades sociais, profissionais e educacionais, preparando-os assim para conviver em sociedade. Porém, a escola não fazia movimentos para mudança como um todo, e sim os alunos é que tinham que mudar para se adaptar as suas exigências. Assim, essas pessoas não tinham direito às mesmas oportunidades, ficando restrito o direito apenas ao acesso às instituições, retomando a ideia de segregação.

Na década de 1980 a Educação Especial passa a ser vista com outro ‘olhar’. Um olhar que visa respeito às diferenças e a diversidade. Nessa nova perspectiva, o objetivo é o desenvolvimento de uma educação de cunho humanista baseada na igualdade de oportunidades e na promoção de saberes (REIS, 2006). Porém, nesta perspectiva, ainda há uma concepção liberal da inclusão pela meritocracia, ou seja, o acesso às classes comuns ficava destinado aos alunos que detinham condições de acompanhar os demais.

A abordagem de Mantoan (2006, p. 19) “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula de ensino regular”. Nestes termos Silva e Reis (2011, p.10) indicam que, “pensar a inclusão é fazer um movimento que busca repensar a escola para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação e segregação dê lugar à escola aberta a todos”. Porém, a escola segue fazendo diferenciações dos sujeitos que se encontram nela. Repensar a escola é realizar uma “reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula” (MITTLER,2003,p.34).

A partir de observações em classes do ensino regular, Schreiber (2013) pôde afirmar que a matrícula dos alunos da modalidade Educação Especial não garante a eles lugares organizados para que eles façam parte do coletivo da sala de aula, o que segundo ela, “consequentemente, individualiza o trabalho docente com esses alunos no interior das salas de aula”. Schreiber (2013,p.14) ainda constata, “a existência de “ilhas” no interior da classe comum que são construídas a partir de alguns critérios — no caso dos alunos da modalidade Educação Especial, por meio de um diagnóstico que comprove uma deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/superdotação”. Ressalto que Schreiber para sua pesquisa, fez um recorte temporal de 2001 a 2011. Quando trabalhei como segunda professora no ensino regular, no ano de 2019, o aluno que acompanhei não estava na mesma organização dos mobiliários da sala de aula, pois se encontrava localizado separadamente em um dos cantos. Esse estudante também se encontrava sozinho nos diversos momentos do período escolar como no horário de lanche, nas aulas de Educação Física quando ficava andando por não querer fazer.

Schreiber (2013, p.14) destaca ainda que,

[...] as políticas de Educação Especial de perspectiva inclusiva, ao mesmo tempo em que disseminam um discurso em defesa da matrícula de todos os alunos no ensino regular, desqualificam o trabalho pedagógico desenvolvido na classe comum, na medida em que não disponibilizam condições adequadas para o oferecimento de um ensino de qualidade. Tal situação resulta na precarização das condições de trabalho dos professores que atuam nesse contexto e denuncia a situação de abandono para com a escolarização dos alunos da modalidade Educação Especial.

Sabemos que não adianta somente promover o acesso aos sistemas de ensino. É necessário assegurar o processo de ensino e de aprendizagem aos alunos. Certamente é necessário eliminar as barreiras arquitetônicas existentes nas edificações das escolas, tanto no que se refere às instalações, aos equipamentos mobiliários e aos transportes quanto aos empecilhos nas comunicações e informações. Porém, isso não basta. É preciso promover o ensino e a aprendizagem à estes sujeitos. Podemos questionar então quem é responsável por ensinar os sujeitos da Educação Especial?

Jannuzzi (2004) faz uma busca de algumas propostas de educação do deficiente. Para tanto, realiza um breve diálogo com o passado, mostrando acontecimentos e alguns modos de pensar a educação das pessoas público da Educação Especial no Brasil, desde o século XVI ao começo do XXI.

Segundo Jannuzzi (2004, p.11), “houve mais diretamente o envolvimento de profissionais médicos, serviços da área da saúde, orientando a parte pedagógica das escolas e a formação de professores, isto principalmente no início do século XX”.

Apresentando três (3) grandes modelos de Educação Especial, Jannuzzi (2004), nos ajuda a compreender algumas concepções que perpassam a educação dos estudantes da Educação Especial.

O primeiro modelo centrado, principalmente na manifestação orgânica da deficiência, é apresentado pela autora em duas (2) concepções que foram predominantes:

Médico-pedagógica, porque mais centrada nas causas físicas, neurológicas, mentais da deficiência [...]. Psicopedagógica, a penetração de teorias de aprendizagem psicológicas que passam a influenciar fortemente a educação, seja a geral, seja a relacionada aos deficientes. (JANNUZZI, 2004, p.11-12)

O segundo modelo, buscava estabelecer conexão entre a deficiência e o contexto em que ela se situava, dando ênfase ao outro lado do problema:

[...] BI) a que coloca acento principal no contexto e a educação passa a ser preparação para ele- Economia da Educação ou Teoria do Capital Humano; B2) [...] educação como redentora, a única responsável pela transformação contextual. B2. 1) Integração e B2.2) Inclusão. (JANNUZZI, 2004, p.11)

Por último, a concepção de Educação como mediação, baseada em um projeto de escola que busca a emancipação humana. Os sujeitos estão na escola para pensar a sociedade onde vivem e pensar pode levá-los a busca da transformação (JANNUZZI, 2004).

Na década de 1930 há no Brasil a presença de alguns profissionais ligados à psicologia e o movimento escolanovista que aponta como uma compreensão sobre educação. Uma das principais representantes do Movimento escolanovista no Brasil foi Helena Antipoff que “em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que mais tarde a partir de 1945, iria se expandir no país. A primeira escola com o nome “Pestalozzi” foi criada em Canoas, Rio Grande do Sul, em 1927” (CORCINI,2016, s/p). Essa experiência trouxe, para o nosso país, além da criação de uma instituição educacional específica para os estudantes público da Educação Especial, a compreensão de que seriam nesses ambientes segregados que tais sujeitos se beneficiariam de uma educação adequada às suas necessidades.

Após essa primeira experiência, outras vieram agregando-se a mesma compreensão como, por exemplo, a criação da primeira Associação de Pais e Amigos do Excepcionais (APAE), fundada em 1954 e que somente no ano de 1964 passou a ter sua Federação Nacional.

Jannuzzi (2004) observa que, se nas décadas de 1920 e 1930 do século passado notava-se o chamado “entusiasmo pela educação”⁸, nas décadas seguintes o "otimismo pedagógico"⁹ passa a ocupar a cena nacional. Posteriormente, “desde a década de 1950, os próprios deficientes começaram a se organizar, procurando participar de discussões em torno de seus problemas” (JANNUZZI, 2004, p.17).

Foi a partir de 1980 que a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a organizar o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), neste período o movimento das pessoas com deficiência aumentou significativamente e aconteceu em Brasília o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, cujo lema principal era: “Participação plena e igualdade”, com libertação da tutela do Estado e das instituições especializadas. O evento contou com a presença de cerca de 1000 participantes, incluindo cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos, vindos de diversos estados brasileiros que buscavam e lutavam por seus direitos. Para os deficientes, os anos de 1980 foram significativos para o movimento,

[...] surgindo em 1984 a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (Febec), a Organização Nacional de Deficientes Físicos (Onedef), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (Morhan) (JANNUZZI, 2004, p.17).

Retomando a ideia de integração escolar, esta era baseada na integração destas pessoas na escola regular,

[...] com acompanhamento e criação de condições de atendimento. [...] Uma das primeiras experiências de integração escolar em nível mais abrangente ocorreu em Santa Catarina, em 1988, na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), instituição da Secretaria Estadual de Educação (SED) de Santa Catarina, que congregava deficientes em regime segregado. Passaram então a colocar, no sistema regular de ensino, crianças na faixa etária de 7 a 14 anos (JANNUZZI, 2004, p.19).

Para garantir o atendimento e a permanência dos alunos nas classes regulares, foram implantados serviços complementares, como salas de recursos e salas de apoio pedagógico.

No final do Século XX ocorreu um movimento denominado como “Educação Inclusiva” que se espalha mundialmente e ganhou força com a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, ocorrida em Jomtien, na Tailândia em 1989, sendo apoiado pela

⁸ Entusiasmo pela educação tinha como lema “Escola para todos”, de caráter quantitativo, visava erradicar o analfabetismo (SAVIANI,2009)

⁹ Otimismo pedagógico, característica do escolanovismo importava-se com a melhoria dos objetivos e dos conteúdos pedagógicos para os métodos, visando a qualidade e não a quantidade(SAVIANI,2009)

Declaração Mundial de Salamanca de 1994 e pelo relatório de relatório Warnock, de 1978, elaborado no Reino Unido

[...] que defendem a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais em classe comum, com o intuito de diminuir o impacto de suas deficiências, promover a independência e autonomia, a integração social e garantir o acesso igualitário à educação (MARTINS, 2007, p.15).

Nessa proposição política a escola juntamente com a família e o estado, devem possibilitar a realização de uma educação de qualidade. Porém, a centralidade está no acesso a escola e não, necessariamente, aos saberes sistematizados pela humanidade.

A relação família-escola é um aspecto importantíssimo tanto para o atendimento como para o desenvolvimento da criança, no entanto, este é apenas um aspecto, entendemos que as condições materiais e objetivas precisam estar de, algum modo, garantidas para que esse trabalho ocorra e conseqüentemente haja ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Quando estamos falando de condições objetivas, nos referimos a formação do professor necessária para atuar com as crianças e auxiliar as famílias na compreensão da educação de seus filhos, nos recursos materiais disponíveis, e na participação do estado como responsável público pela educação, acesso e permanência das crianças nas instituições de ensino públicas que permitam a apropriação de conhecimento.

A discussão sobre a inclusão de crianças público da Educação Especial na educação básica não é recente. No entanto, observa-se que, a obrigatoriedade do acesso das crianças com deficiência,

[...] representa desafios da educação básica à educação superior em redes públicas e privadas. O fato de se discutir a inclusão não torna os sujeitos inclusivos, pois, a inclusão escolar só ocorre de fato quando acontece não só o acesso, mas também quando são oferecidas ajudas técnicas, tecnologias assistidas e profissionais qualificados que garantam a permanência do aluno com deficiência dentro da instituição, participando de todas as atividades desenvolvidas nas escolas, conforme suas potencialidades (SANTOS e KOTTEL, 2016, p.3).

Podemos observar a ausência da lógica de que esses sujeitos precisam ser ensinados, afinal, os profissionais não devem somente garantir a permanência dos sujeitos da Educação Especial, mas sim, lidar com o processo de ensino e aprendizagem sendo mediadores do acesso ao conhecimento pela busca da transformação.

A partir desse movimento de perspectiva inclusiva os professores em geral têm se deparado com situações e desafios de como ensinar, socializar e incluir as pessoas com

deficiência no processo de ensino e aprendizagem. Muitos relatam não se sentirem preparados para “trabalhar com esse público, acreditam que é necessário ter formação de especialista, enfim, tentam resistir ao acolhimento dos que antes ficavam segregados do ensino regular, tendo lugar apenas na Educação Especial” (ROMERO; SOUZA, 2008, p.3091). Esta discussão sobre a inclusão dos alunos público da Educação Especial perpassa artigos científicos, livros, seminários, congressos, palestras e outros, o que significa que deve ser analisado com maior atenção.

2.3 Educação Especial na Educação Infantil

A partir de 2008, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a inclusão escolar de alunos público da Educação Especial veio substituir o velho paradigma da integração, considerado ultrapassado e conservador, e teve como marco fundamental a Declaração de Salamanca de 1994 que trata sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Em contrapartida a esse discurso, Bueno (2006) ressalta que a educação inclusiva não é um paradigma inovador, pois, há décadas a inserção escolar de determinados tipos de alunos público da Educação Especial já vinha ocorrendo muito antes das reformas educacionais dos anos de 1990, porém de forma gradativa e pouco estruturada.

Com essa compreensão do autor podemos questionar: ofertar o acesso às instituições é o suficiente para se disser que há inclusão? Se apenas esta oferta é inclusão, onde fica o ensino e a real participação dos alunos na escola de forma a promover avanços em seu desenvolvimento?

A partir da Declaração de Salamanca tem-se a disseminação dos conceitos de inclusão e de educação inclusiva, evidenciando conforme Martins (2006, p. 18) “uma preocupação com todos os tipos de pessoas que se encontravam excluídas da escola: do sexo feminino, pobres, negras, com deficiências ou altas habilidades, entre outros”. Sendo assim, a inclusão não está relacionada apenas ao aluno com deficiência, mas sim, a todos que possuem algum tipo de dificuldade acentuada de aprender por terem sido excluídos sistematicamente da escola. Segundo Bueno, estes alunos seriam

[...] todos aqueles indicados na Declaração de Salamanca, com exceção das crianças deficientes (crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distintas ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas

desfavorecidos ou marginalizados), e que não deveriam ser objetos da educação especial.

A inclusão de crianças sujeitos da Educação Especial está indicada como direito, previsto em lei e que deve acontecer em qualquer nível de ensino, independente da necessidade que a criança apresente, as pessoas devem ter acesso e oportunidades na sociedade onde estejam inseridas. O Ministério da Educação (BRASIL, 2001, p.08) descreve a inclusão como a:

Garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Fixados na Declaração de Salamanca, em 1994, o direito dos sujeitos da Educação Especial ao acesso, à permanência na escola e a educação de qualidade, ainda nos dias atuais são motivos de luta da sociedade, que busca um lugar para esse público, preferencialmente nas salas de aula do ensino regular, onde terão contato com outras crianças e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no art. 208, III, da Constituição Federal de 1988.¹⁰ (BRASIL, 1988, p.34), onde se faz necessária a mediação de professores capacitados, para atender as necessidades específicas dessas crianças.

Conforme traz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008),

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 16)

Essa perspectiva inclusiva na educação infantil não é diferente. Nessa compreensão as instituições precisam oferecer recursos e suportes para uma aprendizagem que promova o desenvolvimento integral da criança de forma ampla e colaborativa, disponibilizando oportunidades iguais para todos e estratégias para cada um, de modo que todos possam aprender e se desenvolver em suas máximas capacidades. A criança deve ser respeitada, estimulada adequadamente para o desenvolvimento de suas habilidades, considerando suas

¹⁰ Observa-se que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) indicado na Constituição Federal de 1988 tem caráter diferente do AEE tratado a partir da Política Nacional de 2008. Na Constituição Federal esse caráter é mais amplo e indica vários serviços de Educação Especial.

especificidades. O professor deve exercer o papel de mediador, na relação ensino e aprendizagem, entre aquilo que a criança já sabe e conhece e aquilo que está em vias e possibilidades de aprender e conhecer. O seu planejamento deve ser flexível e intencional, bem como na sua atuação em sala de aula.

Na mesma linha, as instituições de Educação Infantil devem ser espaços de formação e de ensino de qualidade para todos, buscando incluir crianças público da Educação Especial. Quando a proposição política trata das diferenças, refere-se a todas as diferenças, não somente as consideradas deficiências ou faltas. Isso inclui considerar os diferentes ritmos de aprendizagem, os movimentos de cada um, as formas de compreender e agir. Deve-se resgatar os valores culturais, o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Porém, tratar as diferenças sem buscar compreender suas causas, não é manter as diferenças, inclusive quanto ao acesso ao conhecimento? A inclusão não implicaria, então, em mudanças na sociedade e, conseqüentemente, na escola?

3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRODUÇÕES QUE RELACIONAM EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para compreender como a proposição de atendimento das crianças público da Educação Especial na Educação Infantil vem sendo discutida academicamente na área da educação buscamos, no banco de dados SciELO, trabalhos relacionados à temática ou que pudessem contribuir para o seu aprofundamento. Sendo assim, guiaram nossa busca os verbetes "Educação Infantil" e "Educação Especial". Não fizemos recorte temporal nessa busca o que resultou em 102 trabalhos encontrados. Na sequência, organizamos essas produções em uma tabela, contemplando as seguintes informações: título do artigo; ano de publicação; autores e revista de publicação.¹¹

A partir dessa organização fizemos a leitura dos títulos buscando selecionar os trabalhos que indicassem a articulação entre as duas áreas da pesquisa. Essa seleção nos possibilitou encontrar 18 produções, apresentadas no quadro 1:

Quadro 1: Produções relacionadas a Educação Infantil e Educação Especial

TÍTULO	ANO	AUTOR (A)	REVISTA
Brincar e Contar Histórias com Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Mediação do Adulto	2021	DELIBERATO, Débora; ADURENS, Fernanda Delai Lucas; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado.	Revista Brasileira de Educação Especial
Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura	2021	CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia.	Revista Brasileira de Educação Especial
Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente	2020	Kramer, Sonia; Nunes, Maria Fernanda Rezende; Pena, Alexandra.	Educação e Pesquisa
Protagonismo infantil: um estudo no contexto de instituições dedicadas à educação da primeira infância em Bolonha	2019	Guizzo, Bianca Salazar; Balduzzi, Lucia; Lazzari, Arianna.	Educar em Revista
A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche	2018	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SGAVIOLI, Ana Júlia Ribeiro; SCARLASSARA,	Revista Brasileira de Educação Especial

¹¹ Essas produções encontram-se no quadro A, no Apêndice 1.

		Bárbara Solana; NOVAES, Carla Francielly Martini; CRUZ, Girlene de Albuquerque; MOURA, Mariana Martins.	
Avaliação e Inclusão na Pré-Escola: Experiências e Concepções de Professoras sobre a Utilização de um Sistema de Acompanhamento das Crianças	2017	SILVA, Carla Cilene Baptista da; PORTUGAL, Gabriela.	Revista Brasileira de Educação Especial
Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica	2016	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SILVA, Carla Cilene Baptista da; ZANIOLO, Leandro Osni.	Revista Brasileira de Educação Especial
Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para o Aluno com Síndrome de Down: o Enfoque no Desenvolvimento Motor	2015	Anunciação, Lívia Maria Ribeiro Leme; Costa, Maria Piedade Resende da; Denari, Fátima Elisabeth.	Revista Brasileira de Educação Especial
Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados	2014	Bridi, Fabiane Romano de Souza; Meirelles, Melina Chassot Benincasa.	Educação & Realidade
Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil	2013	Brandão, Maria Teresa; Ferreira, Marco.	Revista Brasileira de Educação Especial
Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais	2012	Fragoso, Francisca M. Rocha Almas; Casal, João.	Revista Brasileira de Educação Especial
A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir	2012	Oliveira, Anna Augusta Sampaio de; Drago, Silvana Lucena dos Santos.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas	2012	Corrêa, Priscila Moreira; Manzini, Eduardo José.	Revista Brasileira de Educação Especial
Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com	2010	Vitta, Fabiana Cristina Frigieri de; Vitta, Alberto de; Monteiro, Alexandra	Revista Brasileira de Educação

deficiência		S.R.	Especial
Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil	2010	Anhão, Patrícia Páfaro Gomes; Pfeifer, Luzia Iara; Santos, Jair Lício dos.	Revista Brasileira de Educação Especial
O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras	2009	Melo, Francisco Ricardo Lins Vieira de; Ferreira, Caline Cristine de Araújo.	Revista Brasileira de Educação Especial
O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas	2007	Ferreira, Maria Elisa Caputo.	Educação e Pesquisa
Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil	2007	Dall'Acqua, Maria Júlia Canazza.	Paidéia (Ribeirão Preto)

Fonte: organização da autora com os dados encontrados no banco de dados do SciELO.

A partir da leitura dos resumos destas 18 produções selecionadas, encontramos apenas sete (7) artigos que atendiam a temática da pesquisa, foram suprimidos aqueles trabalhos que, ao tratarem da Educação Infantil, não versavam sobre a Educação Especial e vice-versa, conforme quadro 2:

Quadro 2: Produções que embasam a pesquisa

TÍTULO	ANO	AUTOR (A)	REVISTA
Brincar e Contar Histórias com Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Mediação do Adulto	2021	DELIBERATO, Débora; ADURENS, Fernanda Delai Lucas; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado.	Revista Brasileira de Educação Especial
Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura	2021	CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia.	Revista Brasileira de Educação Especial
A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche	2018	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SGAVIOLI, Ana Júlia Ribeiro; SCARLASSA RA, Bárbara Solana; NOVAES, Carla Francielly Martini; CRUZ, Girlene	Revista Brasileira de Educação Especial

		de Albuquerque; MOURA, Mariana Martins.	
Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica1	2016	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SILVA, Carla Cilene Baptista da; ZANIOLO, Leandro Osni.	Revista Brasileira de Educação Especial
Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados	2014	Bridi, Fabiane Romano de Souza; Meirelles, Melina Chassot Benincasa.	Educação & Realidade
Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil	2013	Brandão, Maria Teresa; Ferreira, Marco.	Revista Brasileira de Educação Especial
Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência	2010	Vitta, Fabiana Cristina Frigieri de; Vitta, Alberto de; Monteiro, Alexandra S.R.	Revista Brasileira de Educação Especial

Fonte: organização da autora com os dados encontrados no banco de dados do SciELO.

O primeiro artigo selecionado traz como título o “Brincar e contar histórias com crianças com Transtornos do Espectro Autista: mediação do adulto” (DELIBERATO, ADURENS E ROCHA, 2021), e tem como objetivo descrever a mediação do adulto e as habilidades comunicativas de duas crianças com Transtorno do Espectro Autista, em situações lúdicas, por meio da narração de histórias. Para isso as autoras utilizaram estudo descritivo e qualitativo. Através de um programa de intervenção com histórias os dados foram coletados durante seis (6) meses. As atividades foram filmadas e registradas por meio do diário de campo e a partir delas, as categorias e subcategorias foram identificadas e são assim indicadas: a) mediação do adulto: modelação, questionamento e entonação da voz do adulto interlocutor, uso de sistemas suplementares e alternativos de comunicação: sistema tangível, sistema pictográfico e mediação combinada; b) habilidades de expressão: expressão verbal e vocal, expressão não verbal e vocal, expressão não verbal e não vocal, expressões combinadas. Os resultados das atividades ilustraram a importância da mediação do adulto na narração de histórias como um instrumento para o acesso à linguagem e às habilidades comunicativas das crianças envolvidas durante o processo de mediação, o que favoreceu a participação das crianças durante a atividade.

O segundo artigo nomeado “Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura” de autoria de Carvalho e Schmidt (2021), tem como objetivo analisar, na literatura científica, práticas educativas inclusivas de dimensão processual para a Educação Infantil que apresentam indícios de efetividade e/ou eficácia na última década, a partir da coleta de dados nas bases da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), da PsycINFO, do Education Resources Information Center (ERIC) e da Web of Science (WoS) entre 2009 e 2019. As principais informações foram organizadas em uma tabela de levantamento, contendo a identificação do artigo, o nível de evidência, a descrição geral do objetivo, o público-alvo e as práticas investigadas e organizadas conforme a categorização elaborada. Essa categorização foi criada a partir da análise descritiva do conjunto de práticas e da identificação de padrões que as perpassassem. As autoras concluíram que o planejamento, a organização e a condução das atividades escolares são importantes para promover oportunidades concretas para que crianças público da Educação Especial possam desenvolver plenamente seu potencial. Salientam também que, apesar de esta revisão ter incluído quatro bases de dados com grande volume de revistas indexadas, foram encontrados relativamente poucos artigos já na extração inicial e um número ainda menor daqueles que cumpriram os critérios de inclusão.

Seguindo nosso balanço, o artigo “A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche” (VITTA, SGAVIOLI, SCARLASSARA, NOVAES, CRUZ E MOURA, 2018), tem por objetivo descrever a produção científica na área de Educação Especial sobre o atendimento educacional à faixa etária de zero a três anos, fase inicial da Educação Infantil, nos últimos 25 anos. A pesquisa é de caráter exploratória, e através da pesquisa bibliográfica descritiva, desenvolvida com base em material já elaborado, como artigos, teses e dissertações. Todo o material encontrado foi apresentado em planilhas do Microsoft Excel, com o objetivo de verificar os conteúdos e posteriormente a seleção, foram encontrados 25 produtos. Após leitura minuciosa dos objetivos, métodos e resultados, conclui-se que são importantes novos olhares sobre esses contextos, de forma a produzir materiais que possibilitem identificar fragilidades, experiências de sucesso, discussões relevantes que auxiliem na melhora da qualidade dos serviços oferecidos a essa faixa etária.

Vitta, Silva e Zaniola (2016), publicaram o artigo intitulado “Educação da criança de zero a três anos e Educação Especial: uma leitura crítica dos documentos que norteiam a Educação Básica”. Essa produção tem como objetivo responder às seguintes questões: como a creche é tratada nesses documentos? Eles têm garantido o atendimento à modalidade Educação Especial nessa fase? Que contribuições são ainda necessárias para que a educação na creche

atenda de maneira eficiente a todas as crianças? Apesar da falta de referência à faixa etária de zero a três anos e ao atendimento ao público da Educação Especial, a partir da leitura dos documentos oficiais que norteiam a educação básica, as autoras analisaram fatores que interferem na qualidade da Educação Infantil para todos, desde aspectos, conceituais, recursos físicos, materiais até os recursos humanos. O trabalho aponta para a necessidade de discutir o papel da creche e da Educação Especial nessa fase, garantindo os pressupostos que visam proporcionar desenvolvimento integral a todas as crianças.

O próximo artigo intitulado “Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados” escrito por Bridi e Meirelles (2014), tem como objetivo produzir uma leitura sobre a oferta dos serviços de Educação Especial na Educação Infantil e seus modos de organização no contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria (RME/SM). Para responder às questões norteadoras deste artigo e para análise, foram utilizadas informações do Censo da Educação Básica. Após o estudo e as análises, conclui-se que há necessidade de ampliação das matrículas dos alunos da Educação Especial na Educação Infantil e carência de oferta dos serviços especializados a essas crianças. Além disso as autoras salientam a necessidade de um olhar atento para os processos de identificação e diagnóstico e para as ações de preenchimento do Censo Escolar.

Brandão e Ferreira (2013), em seu artigo “Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil”, tiveram como objetivo discutir a importância da inclusão nas instituições de educação pré-escolar a partir de pesquisa bibliográfica. Os autores ressaltam que um dos fatores para sucesso da inclusão na Educação Infantil, é precisamente a colaboração entre os professores, pais e todos os agentes educativos. Por outro lado, a implementação de parcerias e de redes com a comunidade, designadamente com os serviços sociais, de saúde e de reabilitação constituem facilitadores imprescindíveis no desenvolvimento de apoios para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e o caminho que se deve enfatizar no futuro. Assim, todos os envolvidos no processo educativo, trabalham de forma cooperativa na tarefa de ensinar e aprender, proporcionando experiências significativas para todas as crianças.

O último artigo cujo título é “Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência”, de autoria de Vitta, Vitta e Monteiro (2010), traz como objetivo a análise da percepção de professores de Educação Infantil, quanto à prática educativa atual, distingue em relação à presença de alunos com deficiências em seus ambientes de trabalho, sobre a educação da criança público da Educação Especial na faixa etária de 3 a 6 anos. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista, com 12 professores de

educação infantil divididos equitativamente em três grupos: de escolas especiais; de escolas comuns que trabalham com crianças com deficiências inseridas em suas classes e de escolas comuns que não possuem em suas classes crianças com deficiências. Foi realizada análise de conteúdo e os dados mostraram que os professores vêem como a principal contribuição do processo de inclusão a socialização da criança com deficiências. Por fim, conclui-se que é preciso possibilitar aos professores uma formação que abranja conhecimentos sobre as diferentes deficiências e as necessidades educacionais relativas a estas, propiciar a adequação do espaço físico e dos recursos materiais, além de assistência técnica específica.

Com este balanço de produções, ficou evidente que a temática de pesquisa que estou propondo ainda é pouco estudada, afinal, falar de atendimento ao público da Educação Especial ainda é um grande desafio, que vem sendo enfrentado pelos professores e pelas escolas.

A partir dos artigos selecionados, foi possível perceber a importância da mediação para a interação destes alunos, que devem estar nas salas de aula e que assim como os demais, tem seus direitos que devem ser assegurados na prática e não somente no papel.

4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANTÔNIO CARLOS

A Educação Infantil do município de Antônio Carlos é organizada em cinco instituições de ensino, sendo quatro com atendimento apenas de Educação Infantil e uma com atendimento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Esse município tem a peculiaridade de que todas as instituições de ensino são públicas ou seja, não há rede privada de ensino no município.

Segundo e-mail enviado pela secretaria municipal de educação, em resposta a solicitação da pesquisadora, para levantamento de informações da pesquisa em relação ao atendimento na Educação Infantil, as instituições municipais de Educação Infantil atenderam, em 2021, 647 crianças, com idade entre quatro (04) meses à seis (6) anos.

De acordo com o Novo Plano Municipal de Educação do município de Antônio Carlos, que tem como vigência o período de 2015 - 2024 (ANTONIO CARLOS, 2015), a Educação Infantil está constituída para garantir o atendimento, o acesso e a permanência de crianças de zero a cinco anos, em estabelecimentos públicos que atendam os parâmetros nacionais de qualidade. O atendimento deve ocorrer nas respectivas comunidades, podendo haver redistribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças. Por meio de programas e ações de atendimento, material-didático, transporte escolar, alimentação e a assistência à saúde em todas as etapas da educação básica, constituem o Plano Municipal de 2015. Sendo assim, a oferta é garantida a todos os estudantes da rede municipal de ensino.

Este mesmo documento (ANTONIO CARLOS, 2015), indica que a educação deve ser assumida como responsabilidade de todos, sendo assim, o plano visa:

Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar. (ANTONIO CARLOS, 2015, s/p)

Oferecer educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas, esta posto como META 6 desse documento. Assim, o município propõe, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, com atendimento igual ou superior a 7 horas diárias durante todo o ano letivo, a ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio de espaços planejados e preparados para atividades recreativas, esportivas,

culturais, sociais, entre outros, além de garantir aos estudantes alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária. (ANTONIO CARLOS, 2015).¹²

É nessa organização da Educação Infantil do município que está proposta a inclusão das pessoas público da Educação Especial nessa rede de ensino.

De acordo com a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Antônio Carlos (CME/AC) N° 002/2020, de 30 de janeiro de 2020, que está em consonância com a política nacional e a legislação que a regulamenta, a Educação Especial do município opta pela perspectiva da Educação Inclusiva. Baseada na Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa modalidade é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e transtornos do déficit de atenção e hiperatividade. (ANTÔNIO CARLOS, 2020)

A matrícula destes estudantes na rede municipal de ensino deverá garantir condições políticas, pedagógicas e financeiras para o acesso e permanência e caberá às instituições de ensino organizar-se para o atendimento com suporte pedagógico e acompanhamento de profissionais capacitados (ANTONIO CARLOS, 2020).

Conforme consta nessa mesma Resolução municipal, a Educação Especial tem como finalidade incluir todos os educandos de modo a respeitar a igualdade entre todas as pessoas e assegurar as condições necessárias de interação com o conhecimento para uma educação de qualidade.

A realização do Atendimento Educacional Especializado é posto na Resolução como objetivo desta modalidade. Para a análise deste atendimento, nos utilizamos de documentos oficiais da rede de ensino e também, informações obtidas assistematicamente por intermédio de correspondência eletrônica com funcionários da Secretaria de Educação do Município. Esse atendimento tem como função complementar ou suplementar a formação do educando por meio da disponibilização de condições, recursos e serviços adequados para a aprendizagem, o desenvolvimento e a socialização da pessoa público da Educação Especial, bem como garantir a acessibilidade, eliminando barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que impedem o pleno desenvolvimento e participação destes estudantes.

Conforme posto, no Art. 11, dessa Resolução,

¹² Para melhor entendimento sobre a educação infantil e seu objetivo, na perspectiva do Município, ver o documento Base Nacional Comum Curricular, disponível no link: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>.

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado também em centro de AEE da Rede Pública ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a SMEC ou órgão equivalente. (ANTONIO CARLOS, 2020)

Segundo a Resolução n. 2 do CME/AC, o professor para atuar no AEE, deverá ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Esse professor da Educação Especial tem como responsabilidade realizar avaliação inicial do educando para planejamento do atendimento, elaborar e executar atividades conforme as especificidades dos educandos, elaborar relatório pedagógico descritivo do desenvolvimento de cada um, realizar avaliação processual para analisar o desenvolvimento e revisar o planejamento, organizar os agrupamentos por área de deficiência e avaliar e decidir em articulação com a Equipe Técnica Multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação de Antônio Carlos (SME/AC), propor o desligamento dos educandos deste serviço.

A matrícula de todos os alunos público da Educação Especial no ensino regular deve garantir condições para uma educação de qualidade, considerando as necessidades educacionais específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos. A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades e “realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008a, p. 16).

O atendimento educacional especializado, em todas as etapas da educação básica é parte integrante do processo educacional, tem por objetivo identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar recursos de acessibilidade, realizar atividades pedagógicas específicas que promovam seu acesso ao currículo, não substitui a escolarização em classe comum e constitui “a oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, podendo ser desenvolvido na própria escola ou em centros especializados que realizem esses serviços, públicos ou privados” (KUHLEN 2017, p.215), em salas de recursos multifuncionais.

O acesso das crianças menores de seis anos tem início na Educação Infantil. O atendimento educacional especializado para as crianças de zero até o três anos de idade, de acordo com a política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva “se expressa por meio de serviço de intervenção precoce que objetiva otimizar o processo de

desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social” (BRASIL, 2008a, p. 16). Embora para a educação especial o atendimento às crianças deva iniciar na faixa etária de 0 a 6 anos, na educação nacional a idade de 0 a 3 anos constitui a faixa etária obrigatória de oferta ao atendimento.

Através do e-mail da secretaria de Educação do Município a Prefeitura de Antônio Carlos informa que no município ainda não há salas de AEE que atendam o ensino municipal. Este atendimento existe na APAE que funciona como polo de atendimento, recebendo também alunos de outras unidades, localizadas na “área de abrangência”. Esse mesmo e-mail indica que no ano de 2022, o município estará com um projeto em parceria com a APAE para que o AEE da instituição atenda os alunos da rede municipal. Não sabemos o número de alunos público da Educação Especial que o município atendeu nas escolas regulares em 2021, pois esses dados não nos foram fornecidos.

De acordo com Kuhnen (2017), o MEC transfere para os municípios a responsabilidade de gerenciar a Educação Especial na perspectiva inclusiva, auxiliando as escolas a organizarem uma proposta pedagógica para as necessidades especiais dos alunos e entendendo a educação especial como transversal aos níveis de ensino. Propõe ainda prestar apoio técnico e financeiro para a viabilização da oferta de AEE, através das salas de recursos multifuncionais.

Em 2007 o MEC cria o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação, aprendizagem e fortalecendo o processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP. (BRASIL,2007).

O Programa disponibiliza as escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Aos gestores dos sistemas de ensino cabe definir quanto à implantação das salas de recursos multifuncionais, o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a serem contempladas, conforme as demandas da rede, uma das demandas indica que “A escola deve disponibilizar espaço físico

para a instalação dos equipamentos e mobiliários e o sistema de ensino deve disponibilizar professor para atuação no AEE”(BRASIL, 2007,p.10).

No ano de 2013 o município de Antônio Carlos recebeu equipamentos e materiais didáticos pedagógicos para a implementação da sala de recursos multifuncionais e após oito anos do recebimento, esta sala ainda não existe e o atendimento não acontece. Os materiais e equipamentos estão distribuídos em escolas da rede, mas, porque as salas de AEE ainda não estão prontas e atendendo estes alunos? Quem é o profissional responsável por fazer esta articulação entre Educação Especial e ensino regular?

O professor auxiliar descrito pela Resolução n. 2 do CME/AC é aquele profissional habilitado em Pedagogia com ou sem especialização em Educação Especial, que atua junto ao professor regente na sala de aula havendo a matrícula de educandos da Educação Especial, auxiliando-o nas atividades propostas pelo professor regente. Sua função é favorecer o processo de ensino e aprendizagem, a independência e autonomia tanto nas atividades da vida diária como nas do contexto educativo, este profissional será disponibilizado segundo a Resolução, quando necessário. O município afirma seguir a perspectiva inclusiva, mesmo havendo a presença do sujeito da educação especial e não disponibilizando o professor auxiliar. Nesta rede de ensino é comum vermos no lugar deste professor a presença do auxiliar de Educação Infantil que tem como exigência, em termos de formação o ensino médio, e que deverá atuar com o educando com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que requeiram o auxílio constante no cotidiano educativo (ANTÔNIO CARLOS,2020). Esta é a perspectiva inclusiva que o município têm? O profissional para atuar com os sujeitos da educação especial, não precisa de formação específica? E o professor especializado, para organizar os serviços da Educação Especial no município não é imprescindível para essa proposição política?

Devemos oferecer aos sujeitos da educação especial,

professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquiram conhecimentos e desenvolvam práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educativas especiais (BUENO, 1999, p. 18).

Como indica Vaz (2017), baseada nos documentos publicados após 2008, podemos deduzir que as funções do professor de EE passaram a ter pouca ou quase nenhuma relevância para a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva, pois o foco agora está no serviço (recursos e materiais adaptados) das salas de recursos multifuncionais, parece haver

um desinteresse em relação ao papel pedagógico com estes sujeitos, pois, o foco está nos materiais e não em quem irá utilizá-los para a realização da mediação e do processo de ensino e aprendizagem com as crianças da educação especial.

Sabemos que algumas perspectivas teóricas (ambientalistas, inatistas) defendem a relação do espaço e do material pedagógico como principal na relação ensino-aprendizagem, e, de fato eles são muito importantes. Por outro lado, o papel do ensino, da mediação, entre o sujeito e o objeto/conhecimento são funções essenciais do ensino, o que implica em dizer que nesta relação de ensino e aprendizagem, a mediação assume o caráter prioritário, podemos ter excelentes recursos materiais pedagógicos e espaço adequado, mas o papel do professor é fundamental nesta relação. Ademais independente do tipo de ensino, e nível, e dos alunos, sempre haverá necessidade de planejamento, organização de sistematização do conhecimento, a intencionalidade é parte do ato de ensinar, o como? Para que? Para quem? São perguntas que denotam tarefa específica uma que ocorre numa situação específica – a relação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa abordamos como tema central a organização do atendimento das crianças público da Educação Especial na Educação Infantil na rede municipal de Antônio Carlos/SC. Tivemos como objetivo descrever o atendimento as crianças público da Educação Especial nesse município, analisar a proposição desse atendimento, analisar como a área trata da relação Educação Infantil e Educação Especial, identificar o papel pedagógico do professor auxiliar e analisar a proposta de atendimento pedagógica às crianças da Educação Especial, porém, estes dois últimos objetivos não foram alcançados, pois, no município não há o professor auxiliar e nem o atendimento pedagógico, sendo assim, fica impossível analisar algo que não existe, mas foi possível identificar tal ausência que muito revela do atendimento aos sujeitos da Educação Especial no município.

A problematização da pesquisa girou em torno do fato da emergência de pensarmos e repensarmos o atendimento e o papel do profissional que atua com as crianças da Educação Especial. No intuito de chegar aos objetivos propostos, buscamos primeiramente informações em dois documentos oficiais da rede, o Novo Plano Municipal de Educação e a Resolução para a Educação Especial. Em seguida realizamos um levantamento bibliográfico, para conhecer o que vem sendo pesquisado sobre o tema em termos acadêmicos. Os artigos foram selecionados por palavras-chaves (Educação Infantil e Educação Especial) e por ter relevância e relação direta ao tema estudado.

Através da seleção, leitura e análise dos artigos, ficou claro o fato de que pensar o atendimento dos sujeitos da educação especial na Educação Infantil é pensar outras questões relacionadas a ela, como: a formação dos professores, as práticas pedagógicas, o ensino, as políticas e, principalmente, pensar nas crianças.

Meu tema de pesquisa é resultado da minha preocupação, inquietação e frustração ao entrar em sala de aula e me deparar com a ausência do segundo professor habilitado para atuar com as crianças público da Educação Especial. Considero que, a partir da leitura dos documentos oficiais e da minha atuação em sala de aula, esses sujeitos (criança) precisam de um profissional qualificado que irá ser o mediador do processo ensino aprendizagem da criança e que em conjunto com o professor regente faça parte e contribua para a realização do planejamento que inclua a todos.

De acordo com Schreiber (2013,p.14),

as políticas de Educação Especial de “perspectiva inclusiva”, ao mesmo tempo em que disseminam um discurso em defesa da matrícula de todos os

alunos no ensino regular, desqualificam o trabalho pedagógico desenvolvido na classe comum, na medida em que não disponibilizam condições adequadas para o oferecimento de um ensino de qualidade.

Um dos motivos para a desqualificação do trabalho pedagógico é a ausência da oferta de um profissional qualificado para atuar junto ao professor regente. O município em tela oferta auxiliares que tem como exigência mínima a formação em ensino médio, trazendo como atribuições deste profissional, prover cuidados pessoais e recursos pedagógicos e não o ensino dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Percebe-se que existe no município uma inexistência de proposições da prefeitura e da própria secretaria de educação municipal no contrato e na forma de atender esse público.

Observa-se que a prefeitura não dispõe do AEE, além da ausência de formação de professores para atuar nesta área e a falta de conhecimento da própria rede municipal de ensino, sobre qual é o papel desse tipo de professor. Há um “não saber” fazer em relação ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido com esses professores no atendimento a esse público, ou seja, a tarefa pedagógica, o processo de mediação e desenvolvimento dessas crianças. O direito está garantido no papel e o município quer que aconteça, afinal, há uma cobrança do direito a este atendimento tanto por parte do estado, como por parte das famílias. No entanto, na prática, observamos que neste município, esta oferta ainda não se efetivou.

O município se propõe a ter uma perspectiva inclusiva. Indica a necessidade do AEE e de profissionais. Porém, não têm disponível sequer os dados sobre esses sujeitos. Isso parece indicar uma invisibilidade desse público que está na escola, não tem garantido nem o seu atendimento, nem os profissionais. No ano de 2022 a APAE, uma instituição privada, de cunho filantrópico assume essa função.

Por fim concluo esta pesquisa, entendendo que os aprofundamentos sobre a temática, apenas iniciaram-se, este trabalho ensinou-me que os estudos e investigações feitas ao longo deste caminho levam-nos a outros questionamentos que podem ser posteriormente desdobrados. Se quisermos uma educação de qualidade e inclusiva, devemos começar por entender a especificidade deste trabalho, entender que todas as crianças com deficiências ou não, apresentam necessidades específicas, ritmos de aprendizagem diferentes, vivências familiares e culturais diversas, porém é preciso tomar a criança, com sua história e suas necessidades como ponto de partida, como sujeitos de direitos, para que as nossas práticas educativas sejam condizentes com suas especificidades, comprometidas com a aprendizagem e desenvolvimento destas crianças, são estas mudanças que irão fazer muita diferença.

Tenho a certeza que esta pesquisa não se encerra aqui.

Bernardo é quase uma árvore

Manuel de Barros

Bernardo é quase uma árvore

Silêncio dele é tão alto que os passarinhos ouvem
de longe

E vêm pousar em seu ombro.

Seu olho renova as tardes.

Guarda num velho baú seus instrumentos de trabalho;

1 abridor de amanhecer

1 prego que farfalha

1 encolhedor de rios - e

1 esticador de horizontes.

(Bernardo consegue esticar o horizonte usando três

Fios de teias de aranha. A coisa fica bem esticada.)

Bernardo desregula a natureza:

Seu olho aumenta o poente.

(Pode um homem enriquecer a natureza com a sua

Incompletude?)

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO CARLOS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Educação e Cultura. Plano Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação, 2015**. Disponível em: <<https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/62836>>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria de Educação e Cultura. Plano Municipal de Educação. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2020**. Normas para Educação Especial do Sistema Municipal de Ensino de Antônio Carlos. Antônio Carlos, SC, 2020.

BRANDÃO, MT, & FERREIRA, M.. Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 19(4), 2013, 487-502

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília: MEC, 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 010172 de 09 de Janeiro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso dia 23 de mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. Inclusão. Revista da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, v. 04. n 05. Brasília: SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 20 de fev de 2022.

_____. Ministério da Educação **Lei n. 13.146-** Lei Brasileira de Inclusão. Brasília, 2015.

_____. **Parecer CNE/CEB 17/2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. SEESP. **Edital n.1**, de 26 de abril de 2007. Torna público e convoca as Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e Distrito Federal a apoiar os sistemas de ensino, a organização e oferta de atendimento educacional especializado. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

BRIDI, F.R. de S. ; BENINCASA-MEIRELLES, M.C . Atos de Ler a Educação Especial na Educação Infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados. **Educação e Realidade**, v. 39, p. 651-675, 2014.

BRUNO, M. M. G. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. 4. ed. Brasília: MEC, **Secretaria de Educação Especial**, 2006.

BUENO, J. G. S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v.3, n.5, set., 1999.

_____. J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial. In: BUENO, José Geraldo Silveira et al. (org). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2007.

CARVALHO, A. G. C. ; SCHMIDT, A. . Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 707-724, 2021.

CERISARA, A. B. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Revista Perspectiva**. v. 17, n. 1, 1999

CORCINI, M. A.C. Educação Especial e sua trajetória histórica e política: uma abordagem crítica através de grupos de discussão. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica**, Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

DELIBERATO, DÉBORA; Adurens, Fernanda Delai Lucas ; ROCHA, AILA NARENE DAHWACHE CRIADO . Brincar e Contar Histórias com Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Mediação do Adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 33-88, 2021.

FERREIRA R. M. C. et AL. **Os fazeres na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 1998.

GERHARD, T. E. e SILVEIRA, D. T.(orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, M. A função social da Educação Infantil: um estudo bibliográfico e de aproximação ao fórum regional de Educação Infantil da grande Florianópolis 2013. **Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**. 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196228/Mariana%20Ac%c3%b3rdi%20Goulart.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 12 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/antonio-carlos.html>> .Acesso em 01 dez. 2021.

JANNUZZI, G. Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Ciência e Esporte**, Campinas, SP, v.25, n.3, p.9-25, 2004b

KRAMER. S. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 1998.

KUHLMANN JR, M.; Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, mai./ago., 2000.

_____. JR, M.; **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHNEN.R.T. Os fundamentos psicológicos em disputa na organização dos serviços e da atuação dos professores de educação especial na educação infantil: estratégias de consolidação política na Rede Municipal de Florianópolis. In: GARCIA, R.M.C. (org.). **Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. p.211-259.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, L. de A. R. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2006, p. 17- 26.

MARTINS, M. R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular**: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2007. (Mestrado em psicologia)-Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2007.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Trad.: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em:

<https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf>. Acesso em: 8 de nov. 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação básica e o PNE/2011-2020: Políticas de avaliação democrática. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 91-108, jan./jun. 2010.

REIS, M. B. de F. Educação Inclusiva: limites e perspectivas. Goiânia: Deescubra, 2006.

REITZ, R. **Alto Biguaçu - Narrativa Cultural Tetrarracial**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

ROMERO, R.A.S.; SOUZA, S.B.(2008).Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: **VIII Congresso Nacional de Educação: formação de professores e III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas (recurso eletrônico)**, 2008, Curitiba. Anais...Curitiba –PR, 2008.

SANTOS, N. P.; KOTTEL, A. **A educação especial e o movimento da inclusão escolar**, 2016. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/educacao-especial-e-o-movimento-da-inclusao-escolar/146035>>. Acesso em: 20 fev 2020.

SAVIANI, D. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SCHREIBER. D. V. A. Organização do trabalho docente na rede regular de ensino com alunos da modalidade educação especial. **36a Reunião Nacional da ANPEd**. Goiânia-GO, 2013

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. SãoPaulo, Cortez, 2017.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.23, n.02, p.427-446, jul/dez.2005.

SILVA,L.R.S; REIS,M.B.F. Educação Inclusiva: O Desafio da Formação de Professore. REVELLI – **Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG**, Inhumas, v. 3, n.1, ISSN 1984-6576, p. 07-17, março de 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VAZ. K. A concepção de professor na perspectiva inclusiva: disputas e estratégias de consolidação da política de Educação Especial no início do século XXI. In: GARCIA, R.M.C. (org.). **Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. p. 67-108.

VITTA, F. C. F.; NOVAES, C. F. M. ; CRUZ, G. A. . Revisão da produção científica brasileira: a formação continuada dos profissionais que estão na creche. **Colloquium Humanarum**, v. 15, p. 94-105, 2018.

VITTA, F. C. F.; SILVA, C. C. B. ; ZANIOLO, L. O. . Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 9-26, 2016.

VITTA, F. C. F.; VITTA, Alberto de ; MONTEIRO, A. S. R. . Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, p. 415-428, 2010.

APÊNDICE 1

Quadro 3: Trabalhos encontrados no site Scielo sobre Educação Infantil e Educação Especial

TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTOR(a)	REVISTA
1. Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil	2021	Pereira, Beatriz Prado; Borba, Patrícia Leme de Oliveira; Lopes, Roseli Esquerdo.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional
2. Pedagogical performance in the preschool teaching of students with Autism Spectrum Disorder	2021	Rocha, Eduardo Pimentel da; Ferreira-Vasques, Amanda Tragueta; Lamônica, Dionísia Aparecida Cusin.	Revista CEFAC
3. Brincar e Contar Histórias com Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Mediação do Adulto	2021	DELIBERATO, Débora; ADURENS, Fernanda Delai Lucas; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado.	Revista Brasileira de Educação Especial
4. Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura	2021	CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia.	Revista Brasileira de Educação Especial
5. TRAINING OF CAREGIVERS OF CHILDREN WITH SPECIAL HEALTHCARE NEEDS: SIMULATION CONTRIBUTIONS	2020	Silva, Ana Paula Madalena da; Pina, Juliana Coelho; Rocha, Patrícia Kuerten; Anders, Jane Cristina; Souza, Ana Izabel Jatobá de; Okido, Aline Cristiane Cavicchioli.	Texto & Contexto - Enfermagem
6. Percepção de Professores em Relação ao Processamento Sensorial de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista	2020	MONTEIRO, Rubiana Cunha; SANTOS, Camila Boarini dos; ARAÚJO, Rita de	Revista Brasileira de Educação

		Cássia Tibério; GARROS, Danielle dos Santos Cutrim; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado.	Especial
7. Libras e Formação Docente: da Constatação à Superação de Hierarquias	2020	KENDRICK, Denielli; CRUZ, Gilmar de Carvalho.	Revista Brasileira de Educação Especial
8. Implementação do Pecs Associado ao Point-Of-View Video Modeling na Educação Infantil para Crianças com Autismo	2020	RODRIGUES, Viviane; ALMEIDA, Maria Amélia.	Revista Brasileira de Educação Especial
9. O uso de ferramentas tecnológicas como comunidades de práticas por docentes de uma rede particular de ensino	2020	Souza Machado, Reginéa de; Dal Forno, Leticia Fleig; Almeida, Iara Carnevale de.	Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología
10. Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas: Validação da Teacher Efficacy for Inclusive Practices (TEIP) Scale	2020	MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel.	Revista Brasileira de Educação Especial
11. Repercussões da alergia ao leite de vaca sob a ótica materna	2020	Reis, Pamela dos; Marcon, Sonia Silva; Batista, Vanessa Carla; Marquete, Verônica Francisqueti; Nass, Evelin Matilde Arcai; Ferreira, Patrícia Chatalov; Ichisato, Sueli Mutsumi Tsukuda.	Rev Rene
12. TRAINING OF CAREGIVERS OF CHILDREN WITH SPECIAL HEALTHCARE	2020	Silva, Ana Paula Madalena da; Pina, Juliana Coelho; Rocha,	Texto & Contexto -

NEEDS: SIMULATION CONTRIBUTIONS		Patrícia Kuerten; Anders, Jane Cristina; Souza, Ana Izabel Jatobá de; Okido, Aline Cristiane Cavicchioli.	Enfermagem
13. NOVA GESTÃO PÚBLICA E PROGRAMA ‘NAVE-MÃE’: CAMINHOS COMUNS À PRIVATIZAÇÃO	2020	DOMICIANO, CASSIA.	Educação em Revista
14. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente	2020	Kramer, Sonia; Nunes, Maria Fernanda Rezende; Pena, Alexandra.	Educação e Pesquisa
15. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia	2019	PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva	Revista Brasileira de Educação Especial
16. Formas regulatórias e participação infantil: marcas de descompassos nos momentos da roda na Educação Infantil	2019	Buss-Simão, Márcia; Mafra-Rebello, Aline Helena.	Educar em Revista
17. Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças?	2019	AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley; LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro	Revista Brasileira de Educação Especial
18. Correlação entre o Relacionamento Conjugal, Rotina Familiar, Suporte Social, Necessidades e Qualidade de Vida de Pais e Mães de Crianças com Deficiência	2019	AZEVEDO, Tássia Lopes de; CIA, Fabiana; SPINAZOLA, Cariza de Cássia.	Revista Brasileira de Educação Especial
19. Protagonismo infantil: um estudo no contexto de instituições dedicadas à educação da primeira infância em Bolonha	2019	Guizzo, Bianca Salazar; Balduzzi, Lucia; Lazzari,	Educar em Revista

		Arianna.	
20. AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO SOBRE PRIMEIROS SOCORROS PARA EQUIPE TÉCNICA DE ESCOLAS DE ENSINO ESPECIALIZADO	2019	Brito, Jackeline Gonçalves; Silva, Ingrydy Maria da; Godoy, Christine Baccarat de; França, Ana Paula dos Santos Jesus Marques.	Cogitare Enfermagem
21. Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ	2019	Zonta, Jaqueline Brosso; Eduardo, Aline Helena Appoloni; Ferreira, Maria Verônica Ferrareze; Chaves, Gabriela Heleno; Okido, Aline Cristiane Cavicchioli.	Revista Latino-Americana de Enfermagem
22. Early intervention specialized services: eligibility and multiprofessional work	2019	Izidoro, Isabela Rocha; Jorcuvich, Dayana Insfran; Pereira, Veronica Aparecida; Rodrigues, Olga Maria Piazzentin Rolim.	Revista CEFAC
23. Atendimento à educação infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação	2019	Sousa, Sandra Zákia; Pimenta, Cláudia Oliveira.	Educação e Pesquisa
24. Vozes de Crianças Pretas em Pesquisas e na Literatura: esperar é o verbo	2019	Araujo, Débora Cristina de; Dias, Lucimar Rosa.	Educação & Realidade
25. Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ	2019	Zonta, Jaqueline Brosso; Eduardo, Aline Helena Appoloni; Ferreira, Maria Verônica Ferrareze; Chaves, Gabriela Heleno; Okido, Aline	Revista Latino-Americana de Enfermagem

		Cristiane Cavicchioli.	
26. A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche	2018	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SGAVIOLI, Ana Júlia Ribeiro; SCARLASSARA, Bárbara Solana; NOVAES, Carla Francielly Martini; CRUZ, Girlene de Albuquerque; MOURA, Mariana Martins.	Revista Brasileira de Educação Especial
27. Controle Postural em Crianças com Síndrome de Down: Avaliação do Equilíbrio e da Mobilidade Funcional	2018	LEITE, Jessica Cristina; NEVES, Jessica Carolyn de Jesus; VITOR, Leonardo George Victorio; FUJISAWA, Dirce Shizuko.	Revista Brasileira de Educação Especial
28. Detailing and reflections on occupational therapy in the process of school inclusion	2018	Fonseca, Simoni Pires da; Sant'Anna, Maria Madalena Moraes; Cardoso, Paula Tatiana; Tedesco, Solange Aparecida.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional
29. Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola	2018	ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DESIDÉRIO, Sara Vieira; MASSARO, Munique.	Revista Brasileira de Educação Especial
30. Banco de dados em pesquisa qualitativa: uma análise a partir da revista O Pequeno Luterano	2018	Weiduschadt, Patrícia; Fischer, Beatriz Teresinha Daudt.	Educação e Pesquisa
31. NA CRECHE, CUIDADOS CORPORAIS, AFETIVIDADE E DIALOGIA	2018	Guimarães, Daniela; Arenari,	Educação em Revista

		Rachel.	
32. EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	2017	Vieira, Marle Aparecida Fidéles de Oliveira; Côco, Valdete.	Cadernos CEDES
33. Pesquisas em Comunicação Suplementar e Alternativa na Educação Infantil	2017	Massaro, Munique; Deliberato, Débora.	Educação & Realidade
34. Atividade Lúdica na Fisioterapia em Pediatria: Revisão de Literatura	2017	SILVA, Allan dos Santos da; VALENCIANO, Paola Janeiro; FUJISAWA, Dirce Shizuko.	Revista Brasileira de Educação Especial
35. Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio	2017	MOURA, Adelson Fidelis de; LEITE, Lúcia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira.	Revista Brasileira de Educação Especial
36. Avaliação e Inclusão na Pré-Escola: Experiências e Concepções de Professoras sobre a Utilização de um Sistema de Acompanhamento das Crianças	2017	SILVA, Carla Cilene Baptista da; PORTUGAL, Gabriela.	Revista Brasileira de Educação Especial
37. El despertar de la conciencia ecológica a través de la literatura infantil y juvenil: Didáctica de la literatura y educación medioambiental	2017	De Sarlo, Giulia.	Revista iberoamericana de ciencia tecnología y sociedad
38. Avaliação de habilidades matemáticas em crianças com síndrome de Down e com desenvolvimento típico	2017	Costa, Ailton Barcelos da; Picharillo, Alessandra Daniele Messali; Elias, Nassim Chamel.	Ciência & Educação (Bauru)
39. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro	2017	Pletsch, Márcia Denise; Leite, Lúcia Pereira.	Educar em Revista

40. Frequência de Ações Motoras em Crianças com Baixa Visão e Visão Normal ao Explorar Cubos com e sem Estímulos Visuais	2016	SCHMITT, Beatriz Dittrich; PEREIRA, Karina.	Revista Brasileira de Educação Especial
41. O uso da comunicação suplementar e alternativa como recurso para a interpretação de livros de literatura infantil	2016	Rodrigues, Viviane; Borges, Laura; Nascimento, Martha de Cássia; Almeida, Maria Amélia.	Revista CEFAC
42. Análise da interação mãe e criança cega	2016	CANOSA, Alessandra Corne; POSTALLI, Lidia Maria Marson.	Estudos de Psicologia (Campinas)
43. Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica ¹	2016	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SILVA, Carla Cilene Baptista da; ZANIOLO, Leandro Osni.	Revista Brasileira de Educação Especial
44. UMA ANÁLISE DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO SETOR PRIVADO DE ENSINO NO BRASIL	2016	Pinto, José Marcelino de Rezende.	Educação & Sociedade
45. BALANÇO DAS AVALIAÇÕES MUNICIPAIS DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: DESAFIOS ATUAIS AO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL PAR	2016	Souza, Donaldo Bello de; Batista, Neusa Chaves.	Educação em Revista
46. Entre escolas e hospitais: o desenvolvimento de crianças em tratamento hospitalar	2015	Rolim, Carmem Lucia Artioli.	Pro-Posições
47. DESENHO INFANTIL E AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM EM CRIANÇAS SURDAS: UM OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL	2015	ZERBATO, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.	Revista Brasileira de Educação Especial
48. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA	2015	MEDEIROS, Carolina Silva de; SALOMÃO,	Revista Brasileira de

COM DEFICIÊNCIA VISUAL E HABILIDADES SOCIOCOMUNICATIVAS INFANTIS		Nádia Maria Ribeiro.	Educação Especial
49. Avaliação das Mães de Crianças Pequenas Público-Alvo da Educação Especial sobre um Programa de Intervenção	2015	AZEVEDO, Tássia Lopes de; CIA, Fabiana; SPINAZOLA, Cariza de Cássia; MENDES, Enicéia Gonçalves.	Revista Brasileira de Educação Especial
50. Josep Goday e o mobiliário escolar espanhol na primeira metade do século 20	2015	Sá, Jauri dos Santos.	História da Educação
51. Uma Reflexão sobre Didática na Educação Básica: o apostilamento no 4.º ano	2015	Trevisan, Marlon Dantas; Pagni, Pedro Angelo.	Educação & Realidade
52. Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para o Aluno com Síndrome de Down: o Enfoque no Desenvolvimento Motor	2015	Anunciação, Livia Maria Ribeiro Leme; Costa, Maria Piedade Resende da; Denari, Fátima Elisabeth.	Revista Brasileira de Educação Especial
53. Protocolo de Observação do Desempenho de Crianças com Deficiência Física: Construção, Aplicação e Análise de Dados	2015	ZAFANI, Mariana Dutra; OMOTE, Sadao; BALEOTTI, Luciana Ramos.	Revista Brasileira de Educação Especial
54. ¿Separados o juntos? Contagio, escolaridad y tracoma en Argentina (1884-1940)	2014	Di Liscia, María Silvia; Fernández, María Estela.	Educar em Revista
55. Atos de ler a educação especial na educação infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados	2014	Bridi, Fabiane Romano de Souza; Meirelles, Melina Chassot Benincasa.	Educação & Realidade
56. CONDIÇÕES PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA	2014	Laplane, Adriana Lia Frizman de.	Cadernos CEDES
57. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico	2014	Favoretto, Natalia Caroline; Lamônica, Dionísia Aparecida	Revista Brasileira de Educação

		Cusin.	Especial
58. Estudo de vocábulos para avaliação de crianças com deficiência sem linguagem oral	2014	Paura, Andréa Carla; Deliberato, Débora.	Revista Brasileira de Educação Especial
59. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil	2013	Brandão, Maria Teresa; Ferreira, Marco.	Revista Brasileira de Educação Especial
60. O ensino da língua Brasileira de sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural	2013	Marques, Hivi de Castro Ruiz; Barroco, Sonia Mari Shima; Silva, Tânia dos Santos Alvarez da.	Revista Brasileira de Educação Especial
61. Metas e estratégias de socialização que mães de crianças surdas valorizam para seus filhos	2013	Freitas, Hilda Rosa Moraes de; Magalhães, Celina Maria Colino.	Revista Brasileira de Educação Especial
62. O Envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais	2013	Christovam, Ana Carolina Camargo; Cia, Fabiana.	Revista Brasileira de Educação Especial
63. Desempenho de crianças com e sem necessidades especiais em provas assistidas e psicométricas	2013	Queiroz, Odoisa Antunes de; Enumo, Sônia Regina Fiorim; Primi, Ricardo.	Revista Brasileira de Educação Especial
64. Célestin Freinet, la escritura en libertad y el periódico escolar: un modelo de innovación educativa en la primera mitad del siglo 20	2013	González- Monteagudo, José.	História da Educação
65. Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual	2013	Vilaronga, Carla Ariela Rios; Caiado, Katia Regina Moreno.	Revista Brasileira de Educação Especial
66. O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico-cultural	2013	Bagarollo, Maria Fernanda; Ribeiro, Vanessa Veis; Panhoca, Ivone.	Revista Brasileira de Educação Especial

67. O desenvolvimento de crianças cegas e de crianças videntes	2012	França-Freitas, Maria Luiza Pontes de; Gil, Maria Stella Coutinho de Alcântara.	Revista Brasileira de Educação Especial
68. Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais	2012	Fragoso, Francisca M. Rocha Almas; Casal, João.	Revista Brasileira de Educação Especial
69. Um estudo sobre as relações de ensino na educação inclusiva: indícios das possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem	2012	Freitas, Ana Paula de.	Revista Brasileira de Educação Especial
70. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir	2012	Oliveira, Anna Augusta Sampaio de; Drago, Silvana Lucena dos Santos.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
71. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas	2012	Corrêa, Priscila Moreira; Manzini, Eduardo José.	Revista Brasileira de Educação Especial
72. Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: mudanças nas atitudes sociais de crianças sem deficiência	2012	Vieira, Camila Mugnai; Denari, Fátima Elisabeth.	Revista Brasileira de Educação Especial
73. Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades	2012	Rocha, Aila Narene Dahwache Criado; Deliberato, Débora.	Revista Brasileira de Educação Especial
74. Concepções de professores sobre a temática das chamadas dificuldades de aprendizagem	2012	Oliveira, Jáima Pinheiro de; Santos, Sabrina Antunes dos; Aspilicueta, Patrícia; Cruz, Gilmar de Carvalho.	Revista Brasileira de Educação Especial
75. Nutrición clínica pediátrica: Docencia con enfoque de país	2011	Dini Golding, Elizabeth; Reverón, Aura	Investigación y Postgrado

		Marina; Henríquez Pérez, Gladys.	
76. Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão	2011	Gebrael, Tatiana Luísa Reis; Martinez, Cláudia Maria Simões.	Revista Brasileira de Educação Especial
77. Análisis de praxeologías didácticas en la gestión de procesos de modelización matemática en la escuela infantil	2011	Ruiz-Higueras, Luisa; García García, Francisco Javier.	Revista latinoamericana de investigación en matemática educativa
78. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência	2010	Vitta, Fabiana Cristina Frigieri de; Vitta, Alberto de; Monteiro, Alexandra S.R.	Revista Brasileira de Educação Especial
79. Avaliação de um programa de comunicação alternativa e ampliada para mães de adolescentes com autismo	2010	Walter, Cátia; Almeida, Maria Amélia.	Revista Brasileira de Educação Especial
80. Práticas educativas parentais de crianças com deficiência auditiva e de linguagem	2010	Bolsoni-Silva, Alessandra Turini; Rodrigues, Olga Maria Piazzentin Rolim; Abramides, Dagma Venturini Marques; Souza, Liliane Salgado de; Loureiro, Sonia Regina.	Revista Brasileira de Educação Especial
81. Avaliação do desempenho motor global e em habilidades motoras axiais e apendiculares de lactentes frequentadores de creche	2010	Souza, Carolina T; Santos, Denise C. C; Tolocka, Rute E; Baltieri, Letícia; Gibim, Nathália C; Habechian, Fernanda A. P.	Brazilian Journal of Physical Therapy
82. "Anormais escolares": a psiquiatria para além dos	2010	Silva, Rosane Neves da; Pires, Mariana	Interface - Comunicação,

hospitais psiquiátricos		Lorentz; Scisleski, Andrea Cristina Coelho; Hartmann, Sara.	Saúde, Educação
83. "Anormais escolares": a psiquiatria para além dos hospitais psiquiátricos	2010	Silva, Rosane Neves da; Pires, Mariana Lorentz; Scisleski, Andrea Cristina Coelho; Hartmann, Sara.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
84. Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil	2010	Anhão, Patrícia Páfaro Gomes; Pfeifer, Luzia Iara; Santos, Jair Lício dos.	Revista Brasileira de Educação Especial
85. Avaliação da eficácia do software "Alfabetização Fônica" para alunos com deficiência mental	2010	Hein, Julia Margarida; Teixeira, Maria Cristina Triguero Veloz; Seabra, Alessandra Gotuzo; Macedo, Elizeu Coutinho de.	Revista Brasileira de Educação Especial
86. Classificações interativas: o caso do transtorno de déficit de atenção com hiperatividade infantil	2010	Jerzy, Fabíola Stolf Brzozowski; Brzozowski, André; Caponi, Sandra.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
87. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras	2009	Melo, Francisco Ricardo Lins Vieira de; Ferreira, Caline Cristine de Araújo.	Revista Brasileira de Educação Especial
88. Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda	2008	Araújo, Claudia Campos Machado; Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de.	Revista Brasileira de Educação Especial
89. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde	2008	Nicolella, Alexandre Chibebe; Kassouf, Ana Lúcia; Barros, Alexandre Lahóz	Revista de Economia e Sociologia

		Mendonça de.	Rural
90. Los déficits del niño: a propósito del encuentro con el núcleo sexual infantil en educación especial	2008	Dautrey, Maria Antonia Reyes A..	Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental
91. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas	2007	Ferreira, Maria Elisa Caputo.	Educação e Pesquisa
92. Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil	2007	Dall'Acqua, Maria Júlia Canazza.	Paidéia (Ribeirão Preto)
93. Habilidades comunicativas receptivas em criança com bilingüismo português-japonês e paralisia cerebral: relato de caso	2006	Yoshimura, Roberto Minoru; Kasama, Silvia Tiekko; Rodrigues, Lidiane Cristina Barraviera; Lamônica, Dionísia Aparecida Cusin.	Revista Brasileira de Educação Especial
94. Deficiência mental, imaginação e mediação social: um estudo sobre o brincar	2006	Pinto, Gláucia Uliana; Góes, Maria Cecília Rafael de.	Revista Brasileira de Educação Especial
95. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola	2005	Polonia, Ana da Costa; Dessen, Maria Auxiliadora.	Psicologia Escolar e Educacional
96. Acute respiratory infections control in the context of the IMCI strategy in the Americas	2003	Benguigui, Yehuda.	Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil
97. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da Epidemiologia e dos Direitos Humanos	2003	França Junior, Ivan.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
98. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da Epidemiologia e dos Direitos	2003	França Junior, Ivan.	Interface - Comunicação, Saúde,

Humanos			Educação
99. Percepção de professores sobre alunos superdotados	2002	Maia-Pinto, Renata Rodrigues; Fleith, Denise de Souza.	Estudos de Psicologia (Campinas)
100. Currículo para os pequenos: o espaço em discussão!	2001	Souza, Gizele de.	Educar em Revista
101. Complementary feeding: Study on prevalence of food intake in two Health Centers of São Paulo City	2001	Lobo Marchioni, Dirce Maria; Dias de Oliveira Latorre, Maria do Rosário; Cornbluth Szarfarc, Sophia; Buongermino de Souza, Sônia.	Archivos Latinoamericanos de Nutrición
102. CURRÍCULO PLENO PARA HABILITAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1974	Barbato, Moema Guedes; Galante, Virginia.	Revista da Escola de Enfermagem da USP

Fonte: organização da autora com os dados encontrados no banco de dados do Scielo.